

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
4 - NIRE 35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B 5º ANDAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
3 - CEP 04551-065	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3048-5921	8 - TELEFONE 3048-5925	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 11	12 - FAX 3048-5911	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL renato.vale@grupoccr.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ARTHUR PIOTTO FILHO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B 5º ANDAR		3 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
4 - CEP 04551-065	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3048-5931	9 - TELEFONE 3048-5921	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 11	13 - FAX 3048-5903	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL arthur.piotto@grupoccr.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/04/2010	30/06/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	441.396.800	441.396.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	441.396.800	441.396.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	17/09/2010	Dividendo	30/09/2010	ON	1,7000000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	--	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 09/11/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	3.972.611	4.418.598
1.01	Ativo Circulante	1.289.745	2.115.424
1.01.01	Disponibilidades	833.086	1.547.184
1.01.01.01	Caixa e bancos	416	1.457
1.01.01.02	Aplicações financeiras	832.670	1.545.727
1.01.02	Créditos	399.100	525.935
1.01.02.01	Clientes	399.100	525.935
1.01.02.01.01	Contas a receber de clientes	0	0
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	399.100	525.935
1.01.02.01.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	57.559	42.305
1.01.04.01	Impostos a recuperar	42.699	28.303
1.01.04.02	Impostos diferidos	0	0
1.01.04.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	0	0
1.01.04.04	Dividendos e juros s/ capital próprio	9.300	10.733
1.01.04.05	Contas a receber c/oper.de derivativos	895	428
1.01.04.06	Despesas antecipadas e outras	4.665	2.841
1.02	Ativo Não Circulante	2.682.866	2.303.174
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	416.087	260.185
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	322.415	170.689
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	319.167	167.924
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	3.248	2.765
1.02.01.03	Outros	93.672	89.496
1.02.01.03.01	Impostos a recuperar	90.356	89.344
1.02.01.03.02	Impostos diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	0	0
1.02.01.03.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	3.164	0
1.02.01.03.05	Despesas antecipadas e outras	152	152
1.02.02	Ativo Permanente	2.266.779	2.042.989
1.02.02.01	Investimentos	2.245.583	2.033.690
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	2.245.583	2.033.690

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	8.915	1.910
1.02.02.03	Intangível	12.281	7.389
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	3.972.611	4.418.598
2.01	Passivo Circulante	111.095	83.767
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.459	607
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	1.459	607
2.01.02	Debêntures	63.764	64.650
2.01.03	Fornecedores	1.476	836
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	830	350
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	817	337
2.01.04.02	Impostos e contribuições parcelados	13	13
2.01.05	Dividendos a Pagar	28	5
2.01.06	Provisões	6.785	1.834
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	6.785	1.834
2.01.06.02	Impostos diferidos	0	0
2.01.06.03	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	24.437	7.663
2.01.07.01	Partes relacionadas	24.437	7.663
2.01.08	Outros	12.316	7.822
2.01.08.01	Obrigações sociais e trabalhistas	11.950	7.643
2.01.08.02	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.01.08.03	Arrendamento mercantil financeiro	261	118
2.01.08.04	Outras contas a pagar	105	61
2.02	Passivo Não Circulante	1.204.010	1.165.890
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.204.010	1.165.890
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	807
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	0	807
2.02.01.02	Debêntures	1.089.574	1.088.763
2.02.01.03	Provisões	108.342	65.880
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0
2.02.01.03.02	Impostos diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e contribuições parcelados	186	182
2.02.01.03.05	Provisão para contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para passivo a descoberto	108.156	65.698
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.774	9.361
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	4.774	9.361
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.320	1.079
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Arrendamento mercantil financeiro	420	179

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.02.01.06.03	Outras contas a pagar	900	900
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.657.506	3.168.941
2.05.01	Capital Social Realizado	2.025.342	2.025.342
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	304.334	854.709
2.05.04.01	Legal	67.407	67.407
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	236.927	787.302
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	236.927	787.302
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.909)	(2.839)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.909)	(2.839)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	330.739	291.729
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	20.768	46.586	16.924	50.860
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.327)	(3.362)	(669)	(1.976)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	18.441	43.224	16.255	48.884
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.606)	(17.444)	(9.011)	(26.950)
3.04.01	Depreciação e amortização	(739)	(762)	(6)	(16)
3.04.02	Serviços	(33)	(4.506)	(3.005)	(9.523)
3.04.03	Custo da outorga	0	0	0	0
3.04.04	Custo com pessoal	(3.713)	(10.197)	(4.346)	(12.560)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(52)	(1.590)	(1.360)	(4.050)
3.04.06	Outros	(69)	(389)	(294)	(801)
3.05	Resultado Bruto	13.835	25.780	7.244	21.934
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	230.126	511.744	177.757	500.915
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(19.881)	(55.155)	(14.804)	(48.511)
3.06.03	Financeiras	33.232	58.748	(8.599)	(10.206)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	69.542	166.805	26.855	85.834
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(36.310)	(108.057)	(35.454)	(96.040)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	8
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.380)	(4.763)	(1.691)	(5.063)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	218.155	512.914	202.851	564.687
3.07	Resultado Operacional	243.961	537.524	185.001	522.849
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	243.961	537.524	185.001	522.849
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(4.951)	(6.785)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	239.010	530.739	185.001	522.849
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Unidades)	441.396.800	441.396.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,54149	1,20241	0,45894	1,29706
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	37.575	50.888	11.994	1.850
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.507	70.977	11.551	31.743
4.01.01.01	Lucro líquido do período	239.010	530.739	185.001	522.849
4.01.01.04	Depreciação e amortização	816	1.009	111	341
4.01.01.05	Baixa do ativo imob.,intangível e difer.	1	12	6	6
4.01.01.06	Amortização do ágio	1.378	4.751	1.686	5.059
4.01.01.07	Var.cambial s/emprést.financ.e derivat.	0	0	0	0
4.01.01.08	Var.monet.obrig.com poder conced.	0	0	0	0
4.01.01.09	Juros e variação monetária s/debêntures	35.466	105.209	32.980	91.672
4.01.01.10	Juros sobre arrendamento financeiro	14	39	0	0
4.01.01.11	Resultado de operações c/derivativos	(1.819)	(834)	0	0
4.01.01.12	Constituição e juros sobre contingências	0	0	0	0
4.01.01.13	Provisão para devedores duvidosos	0	0	0	0
4.01.01.14	Juros s/impostos parcelados	4	12	0	0
4.01.01.15	Juros e VMs/mútuos partes relacionadas	(26.208)	(57.045)	(5.382)	(23.497)
4.01.01.16	Equivalência patrimonial	(218.155)	(512.915)	(202.851)	(564.687)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.068	(20.089)	443	(29.893)
4.01.02.01	Contas a receber	0	0	0	82
4.01.02.02	Partes relacionadas	1.691	2.818	2.235	(6.326)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(15.408)	(35.786)	(5.801)	(18.857)
4.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	(1.824)	(2.324)	(381)	(749)
4.01.02.05	Fornecedores	640	(1.268)	202	(2.011)
4.01.02.06	Partes relacionadas	12.187	911	3.399	(3.213)
4.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	4.307	8.173	827	1.328
4.01.02.08	Imp.e contr.a recolher, parc. e IR e CS	5.431	7.354	(27)	(136)
4.01.02.09	Outras contas a pagar	44	33	(11)	(11)
4.01.03	Outros	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(29.468)	(49.642)	(227.488)	(341.144)	
4.02.01	Aquisição de investimentos	(15.370)	(34.928)	(227.380)	(340.681)	
4.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	(9.237)	(9.853)	(108)	(463)	
4.02.03	Aquisição de ativo intangível	(4.861)	(4.861)	0	0	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(722.205)	(679.098)	172.640	112.431	
4.03.01	Empr.,financ.e debêntures - Captações	0	0	593.832	593.832	
4.03.02	Empr.,financ.e debêntures - Pagamentos	(36.213)	(133.027)	(338.618)	(418.469)	
4.03.03	Empr.,financ.deb. - Apr.custos transação	674	2.037	718	1.838	
4.03.04	Dividendos - Pagos	(750.352)	(851.870)	(506.737)	(607.513)	
4.03.05	Dividendos - Recebidos	64.508	412.604	213.817	711.848	
4.03.06	Juros capital próprio - Recebidos	945	21.296	0	0	
4.03.07	Mútuos c/partes relacionadas-Concessões	(376)	(150.604)	(130.150)	(532.702)	
4.03.08	Mútuos c/partes relacionadas-Recebimento	0	22.695	339.778	363.597	
4.03.09	Arrend.Mercantil Financeiro - Captações	423	423	0	0	
4.03.10	Arrend.Mercantil Financeiro - Pagamentos	(47)	(119)	0	0	
4.03.11	Liquidação de operações com derivativos	(1.767)	(1.767)	0	0	
4.03.12	Aumento de Capital - Custo de Captação	0	(766)	0	0	
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(714.098)	(677.852)	(42.854)	(226.863)	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.547.184	1.510.938	591.124	775.133	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	833.086	833.086	548.270	548.270	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	239.010	0	239.010
5.05	Destinações	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(70)	(70)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(70)	(70)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custo de Captação	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	304.334	330.739	(2.909)	2.657.506

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	530.739	0	530.739
5.05	Destinações	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(82)	(82)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(82)	(82)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.08.02	Custos de Captação	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	304.334	330.739	(2.909)	2.657.506

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	9.718.718	9.998.250
1.01	Ativo Circulante	2.080.551	2.637.498
1.01.01	Disponibilidades	1.201.436	1.925.296
1.01.01.01	Caixa e bancos	16.845	22.838
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.184.591	1.902.458
1.01.02	Créditos	336.498	315.345
1.01.02.01	Clientes	303.908	263.444
1.01.02.01.01	Contas a receber de clientes	205.751	178.369
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	123.883	109.130
1.01.02.01.03	Provisão para devedores duvidosos	(25.726)	(24.055)
1.01.02.02	Créditos Diversos	32.590	51.901
1.01.02.02.01	Conta reserva	32.590	51.901
1.01.03	Estoques	827	593
1.01.04	Outros	541.790	396.264
1.01.04.01	Impostos a recuperar	390.267	245.152
1.01.04.02	Impostos diferidos	20.015	20.688
1.01.04.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	82.779	82.779
1.01.04.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	1.245	2.972
1.01.04.05	Despesas antecipadas e outras	47.484	44.673
1.02	Ativo Não Circulante	7.638.167	7.360.752
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.655.806	2.622.856
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.792	5.835
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	29.653	30.734
1.02.01.01.02	Provisão para devedores duvidosos	(26.410)	(26.410)
1.02.01.01.03	Conta reserva	1.549	1.511
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	3.248	2.765
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	3.248	2.765
1.02.01.03	Outros	2.647.766	2.614.256
1.02.01.03.01	Impostos a recuperar	90.356	89.344
1.02.01.03.02	Impostos diferidos	53.002	53.738
1.02.01.03.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	2.462.652	2.455.075
1.02.01.03.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	32.513	7.538
1.02.01.03.05	Despesas antecipadas e outras	9.243	8.561
1.02.02	Ativo Permanente	4.982.361	4.737.896
1.02.02.01	Investimentos	35.654	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	35.654	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.371.598	4.154.654

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
1.02.02.03	Intangível	499.030	504.494
1.02.02.04	Diferido	76.079	78.748

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	9.718.718	9.998.250
2.01	Passivo Circulante	2.147.062	1.837.175
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	604.119	574.424
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	571.357	558.340
2.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	32.762	16.084
2.01.02	Debêntures	441.099	356.962
2.01.03	Fornecedores	294.870	264.601
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	103.242	95.170
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	56.344	47.539
2.01.04.02	Impostos e contribuições parcelados	46.898	47.631
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	5
2.01.06	Provisões	366.662	236.952
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	365.605	224.603
2.01.06.02	Impostos diferidos	1.057	11.931
2.01.06.03	Provisão para contingências	0	418
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	107.876	109.293
2.01.07.01	Partes relacionadas	107.876	109.293
2.01.08	Outros	229.194	199.768
2.01.08.01	Obrigações sociais e trabalhistas	66.879	52.308
2.01.08.02	Obrigações com o poder concedente	123.792	104.305
2.01.08.03	Arrendamento mercantil financeiro	5.506	4.218
2.01.08.04	Outras contas a pagar	33.017	38.937
2.02	Passivo Não Circulante	4.889.557	4.970.378
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.889.557	4.970.378
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.356.254	1.358.280
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.324.719	1.356.516
2.02.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	31.535	1.764
2.02.01.02	Debêntures	3.002.971	3.102.230
2.02.01.03	Provisões	489.540	472.329
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0
2.02.01.03.02	Impostos diferidos	33.848	28.320
2.02.01.03.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e contribuições parcelados	441.610	432.917
2.02.01.03.05	Provisão para contingências	14.082	11.092
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	19.319	18.108
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	19.319	18.108
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	21.473	19.431
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	9.916	9.171
2.02.01.06.02	Arrendamento mercantil financeiro	8.544	7.082
2.02.01.06.03	Outras contas a pagar	3.013	3.178

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	24.593	21.756
2.05	Patrimônio Líquido	2.657.506	3.168.941
2.05.01	Capital Social Realizado	2.025.342	2.025.342
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	304.334	854.709
2.05.04.01	Legal	67.407	67.407
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	236.927	787.302
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	236.927	787.302
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.909)	(2.839)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.909)	(2.839)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	330.739	291.729
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.080.942	2.993.028	875.277	2.460.617
3.02	Deduções da Receita Bruta	(102.566)	(277.666)	(80.103)	(212.648)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	978.376	2.715.362	795.174	2.247.969
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(397.214)	(1.112.575)	(311.287)	(914.030)
3.04.01	Depreciação e amortização	(111.160)	(312.907)	(90.019)	(265.525)
3.04.02	Serviços	(113.744)	(309.078)	(75.713)	(227.633)
3.04.03	Custo com outorga	(80.259)	(231.689)	(70.483)	(195.426)
3.04.04	Custo com pessoal	(55.678)	(150.705)	(43.254)	(129.467)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(11.751)	(34.104)	(8.956)	(29.223)
3.04.06	Gastos gerais	(13.024)	(37.921)	(9.115)	(26.141)
3.04.07	Outros	(11.598)	(36.171)	(13.747)	(40.615)
3.05	Resultado Bruto	581.162	1.602.787	483.887	1.333.939
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(192.731)	(687.090)	(172.854)	(474.129)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(114.667)	(291.106)	(73.517)	(212.375)
3.06.03	Financeiras	(65.898)	(359.205)	(89.732)	(238.669)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	132.963	391.810	49.875	186.507
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(198.861)	(751.015)	(139.607)	(425.176)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	11.934	14.066	1.307	7.301
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(24.100)	(50.845)	(10.912)	(30.386)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	388.431	915.697	311.033	859.810
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	388.431	915.697	311.033	859.810
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(150.465)	(400.107)	(128.239)	(336.501)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.11	IR Diferido	3.935	19.757	3.691	4.395
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(2.891)	(4.608)	(1.484)	(4.855)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	239.010	530.739	185.001	522.849
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	441.396.800	441.396.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,54149	1,20241	0,45894	1,29706
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	438.353	930.347	170.744	369.053
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	519.144	1.430.329	414.968	1.176.895
4.01.01.01	Lucro líquido do período	239.010	530.739	185.001	522.849
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib.social difer.	(3.935)	(19.757)	(3.691)	(4.395)
4.01.01.03	Apropriação das despesas antecipadas	21.253	61.294	14.657	37.685
4.01.01.04	Depreciação e amortização	115.835	325.482	93.629	277.619
4.01.01.05	Baixa do ativo imob.,intangível e difer.	11.613	12.821	581	2.699
4.01.01.06	Amortização do ágio	12.488	38.105	10.215	28.020
4.01.01.07	Var.cambial s/emprést.financ. e derivat.	(69.426)	(30.942)	(15.569)	(81.056)
4.01.01.08	Varição monet. obrig. com poder conced.	288	480	333	308
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empr. e financ.	142.128	404.258	107.754	307.749
4.01.01.10	Juros s/arrendamento mercantil financ.	328	465	127	127
4.01.01.11	Resultado de operações c/ derivativos	27.251	59.909	10.952	54.122
4.01.01.12	Constit. e juros sobre contingências	4.706	5.853	1.853	3.320
4.01.01.13	Provisão para devedores duvidosos	1.671	5.258	1.755	7.100
4.01.01.14	Juros s/ impostos parcelados	11.880	28.863	768	2.746
4.01.01.15	Participação dos minoritários	2.837	(8.883)	6.584	14.340
4.01.01.16	Ganho na alienação de investimento	0	0	0	0
4.01.01.17	Juros e VM s/mútuos partes relacionadas	1.217	2.544	19	(52)
4.01.01.18	Juros,multas,outros encargos -Lei 11.941	0	42.040	0	0
4.01.01.19	Descontos obtidos - Lei 11.941	0	(28.200)	0	0
4.01.01.20	Provisão para perdas com investimentos	0	0	0	3.714
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(80.791)	(499.982)	(244.224)	(807.842)
4.01.02.01	Contas a receber	(26.301)	(52.662)	(11.555)	(25.087)
4.01.02.02	Partes relacionadas	(14.758)	(25.905)	(9.113)	(18.543)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(146.127)	(358.695)	(107.870)	(257.768)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	(28.830)	(500.701)	(276.129)	(805.261)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2008 a 30/09/2008
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(3.727)	(21.834)	(53)	818	
4.01.02.06	Fornecedores	30.269	65.520	15.224	18.000	
4.01.02.07	Partes relacionadas	(63.499)	(96.364)	23.952	25.040	
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	14.571	23.978	7.863	3.193	
4.01.02.09	Imp.e contr. a recolher, parc. e IR e CS	145.886	357.913	112.230	263.839	
4.01.02.10	Contingências	(2.134)	(6.042)	(44)	(1.242)	
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	19.944	112.352	3.726	3.045	
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(6.085)	2.458	(2.455)	(13.876)	
4.01.03	Outros	0	0	0	0	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(322.495)	(892.202)	(404.456)	(763.649)	
4.02.01	Aquisição de investimentos	(70)	(82)	(254)	281	
4.02.02	Adto para aquisição de investimentos	(35.654)	(35.654)	0	0	
4.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	(327.347)	(876.806)	(260.189)	(648.939)	
4.02.04	Adiantamento p/aquisição de imobilizado	(30.329)	(65.901)	(16.151)	(35.496)	
4.02.05	Aquisição de ativo intangível	(6.047)	(8.866)	(1.101)	(2.444)	
4.02.06	Reclassificação do ativo diferido	0	0	0	392	
4.02.07	Baixa de adto fornecedor - imobilizado	76.952	95.107	0	0	
4.02.08	Alienação de investimento em controlada	0	0	0	59.586	
4.02.09	Pagamento compra 45% da Controlar S.A.	0	0	(126.761)	(137.029)	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(839.718)	(957.854)	99.135	69.363	
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	19.273	(32.600)	14	799	
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	(5.109)	(21.349)	4.816	(2.188)	
4.03.03	Contratação de derivativos	0	0	(18.530)	(18.530)	
4.03.04	Empr.,financ. e debêntures - Captações	153.891	643.450	1.091.128	2.755.741	
4.03.05	Empr.,financ. e debêntures - Pagamentos	(262.514)	(719.192)	(479.772)	(2.074.141)	
4.03.06	Empr.,financ.deb. - Aprop. custo trans.	3.076	8.930	3.215	7.999	
4.03.07	Dividendos - Pagos	(750.380)	(859.616)	(508.584)	(609.359)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	239.010	0	239.010
5.05	Destinações	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(70)	(70)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	304.334	330.739	(2.909)	2.657.506

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	530.739	0	530.739
5.05	Destinações	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(550.375)	(200.000)	0	(750.375)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(82)	(82)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(82)	(82)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.08.02	Custos de Captação	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	304.334	330.739	(2.909)	2.657.506

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	26
2	Apresentação das informações trimestrais	31
3	Resumo das principais práticas contábeis	31
4	Informações trimestrais consolidadas	40
5	Caixas e equivalentes de caixa	43
6	Contas a receber de clientes	43
7	Impostos a recuperar	45
8	Imposto de renda e contribuição social	45
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	49
10	Despesas antecipadas e outras	51
11	Partes relacionadas	52
12	Investimentos	56
13	Imobilizado	63
14	Intangível	66
15	Financiamentos e empréstimos	69
16	Debêntures	79
17	Plano de incentivo de longo prazo	87
18	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	91
19	Outras contas a pagar	93
20	Provisão para contingências – consolidado	93
21	Arrendamento mercantil	94
22	Patrimônio líquido	96
23	Resultado financeiro	97
24	Instrumentos financeiros	98
25	Cobertura de seguros	108
26	Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros	108
27	Compromissos vinculados a contratos de concessão	109
28	Demonstração do Valor Adicionado	113
29	Evento Subsequente	115

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina, atuando no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, operação metroviárias e outras atividades correlatas, tais como inspeção veicular e cobrança automatizada de pedágio, além de deter participação em outras sociedades.

A CCR é responsável por 1.922,6 km de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 1.832,02 km é responsável pela administração e em 90,58 km pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias Ponte, NovaDutra, ViaLagos, RodoNorte, AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e Renovias, esta última por meio de sua controlada CPC.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção Veicular do Município de São Paulo) e STP (serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre).

Atualmente, fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Controladas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
 - Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
 - Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos)
 - Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
 - Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte)
 - Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (ViaOeste)
 - Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (RodoAnel)
 - Companhia de Participações em Concessões (CPC)
 - Parques Serviços Ltda. (Parques)
 - Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
 - SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM) (*)
 - CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
 - Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
 - CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)
- (*) Anteriormente Companhia de Participações de Infra-Estrutura. (CPCI)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladas em conjunto:

- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)

Participações indiretas da CCR (*)

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Controlar S.A. (Controlar)

* *Por meio de sua controlada CPC*

Em 31 de maio de 2010, a CCR incorporou a empresa Actua Serviços Compartilhados Ltda., que presta serviços administrativos e financeiros para todas as empresas do Grupo CCR, e a controlada CPC incorporou a Engelog – Centro de Engenharia Ltda., que presta serviços de engenharia, gerenciamento de obras e serviços de tecnologia da informação para todas as empresas do Grupo CCR.

Concessões do Grupo CCR

Veja a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 km. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021;

AutoBAN: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 km, e manutenção-conservação de 5,9 km. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 km. O prazo do contrato de concessão vai até janeiro de 2022;

Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 km. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 km, e manutenção-conservação de 80,28 km. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ViaOeste: Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 km e pela manutenção e conservação de outros 4,4 km. O contrato de concessão é válido até dezembro de 2022;

RodoAnel: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, numa extensão total de 32 km, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 95% do capital social.

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 km sobre trilhos e 11 estações, sendo 9,0 km (6 Estações) na Fase I e os 3,8 km restantes com a inclusão de mais 5 Estações na Fase II, que prevê ainda 3,5 km a serem operados por meio de ônibus entre a Estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A ViaQuatro iniciou sua operação comercial, em horário reduzido, em junho de 2010, com a abertura das Estações Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR tem 58% do capital social da ViaQuatro.

Outras empresas do Grupo

Além destas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): A empresa tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria. Seu objetivo é avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando tanto no mercado primário, frente aos processos de licitação, quanto no mercado secundário, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios.

O primeiro resultado de sua atuação aconteceu em 2008, com a aquisição de 40% do capital social da **Renovias**, concessionária responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. O prazo de concessão vai até maio de 2022.

Em 13 de agosto de 2009, a CPC adquiriu 45% do capital social da **Controlar** (correspondente a 50% das ações ordinárias), concessionária exclusiva de serviços públicos municipais responsável, até 2018, pela inspeção veicular ambiental na frota registrada da cidade de São Paulo.

Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a Engelog, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a Divisão Engelog e a Divisão Engelotec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos do Grupo CCR, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Actua Assessoria e Parques: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A Actua Assessoria detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a Ponte, ViaLagos, CPC, SAMM e CPCSP.

STP e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.: O objetivo da STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre, utilizados atualmente por cerca de 2,34 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no país, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A CCR detém 38,25% do capital social da STP.

CCR México: Tem como objetivo principal prospectar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

CCR Estados Unidos: Empresa cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos. Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

SAMM: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades.

CPCSP: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sobre o negócio

As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

No tocante à Controlar, a concessão contempla a implantação dos Centros de Inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, licenciados no município de São Paulo.

Em relação à ViaQuatro, a concessionária é responsável pela operação e manutenção da Linha 4-Amarela do metrô de São Paulo por um período de 30 anos. A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens e sistemas (sinalização, comunicação e controle) e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção de ViaLagos, Controlar e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final do período de concessão das rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que são baseados em índices de inflação também especificados nos contratos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das informações trimestrais

a. Apresentação

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 18 de fevereiro de 2010.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as informações trimestrais de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. As principais alterações contábeis a serem introduzidas no exercício de 2010, estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

Em 09 de novembro de 2010 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas informações trimestrais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias, da ponte, do metrô e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** referem-se a ativos e passivos financeiros que são mantidos para negociação ou instrumentos financeiros derivativos (exceto instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge accounting* de fluxo de caixa) ou instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial, tenham sido assim classificados;
- **Mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade financeira de manter até o vencimento. São valorizados pelo custo amortizado em contrapartida do resultado;
- **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercado ativo e não estejam classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda, ou que tenham sido classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado. São valorizados pelo custo amortizado em contrapartida do resultado;
- **Disponíveis para venda:** são ativos financeiros não derivativos que estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias. Esses instrumentos são valorizados pelo seu valor justo, sendo as receitas decorrentes da valorização reconhecidas no resultado e o ajuste a valor de mercado em contas destacadas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real, de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passa a compor o valor de registro contábil em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulante e não circulante

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico, acessórias e de transporte dos passageiros das estações da linha 4 amarela do Estado de São Paulo, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos incidentes sobre o faturamento.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante, superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, se aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº. 12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas, com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo do contrato de concessão. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios que não tenham vida útil definida não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº. 14.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Arrendamento mercantil

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 21a.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 21b.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. A controlada RodoAnel e as controladas em conjunto ViaQuatro e Controlar, optaram por manter o saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008 até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado. Os ativos diferidos da controlada RodoAnel e da controlada em conjunto Controlar são amortizados linearmente pelo prazo de dez anos. A controlada em conjunto ViaQuatro iniciou a amortização do ativo diferido em 1º de julho de 2010, tendo em vista o início das operações em junho de 2010 e seu prazo para amortização é de cinco anos.

Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio (*goodwill*) e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irretratável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 27. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão do Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007 encontram-se descritas na nota explicativa nº. 27.

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos

No âmbito do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos ao longo do exercício de 2009, com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010. Os potenciais impactos nas informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2010 serão objeto de reapresentação em conjunto com as informações contábeis quando da publicação da primeira demonstração financeira que incorpore todos os pronunciamentos, interpretações e orientações já emitidos, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto encontram-se em processo de avaliação dos impactos dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos, sobre seus sistemas e processos, sendo que o atual estágio dessa avaliação não permite que sejam apresentados os respectivos efeitos.

Resumimos a seguir os principais pronunciamentos ou interpretações a serem adotados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a partir dos exercícios supracitados.

ICPC 01 Contratos de Concessão

Aprovada pela Deliberação CVM 611/09 e correlacionada à Interpretação internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão, estabelece os princípios gerais de contabilização dos contratos de concessão.

A infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos.

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

O concessionário deve contabilizar receitas relativas aos serviços de operação de acordo com a Deliberação CVM 597/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico – CPC 30 – Receitas. Estuda-se também o tratamento contábil para o eventual registro, com base nos valores justos, da receita e do custo dos serviços de construção ou melhorias da infraestrutura de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

O concessionário pode ter obrigações contratuais que devem ser atendidas no âmbito da sua concessão (a) para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou (b) recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao concedente no final do contrato de serviço. Tais obrigações contratuais de manutenção ou recuperação da infraestrutura, exceto as construções ou melhorias, devem ser registradas e avaliadas de acordo com a Deliberação CVM 594/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, ou seja, pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

De acordo com a Deliberação CVM 577/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

CPC 22 Informações por Segmento

Aprovado pela Deliberação CVM 582/09, correlacionado à IFRS 8 - Informações por Segmento, esse pronunciamento determina que uma entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais uma entidade está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.

A Companhia divulgará separadamente as informações sobre os seus segmentos operacionais de forma a atender aos requerimentos deste Pronunciamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Aprovado pela Deliberação CVM 595/09, é correlacionado à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Este pronunciamento requer que sejam apresentados os componentes do resultado abrangente em uma demonstração separada da demonstração do resultado, apresentando também os efeitos fiscais de cada componente deste resultado abrangente. Adicionalmente quando as entidades reapresentarem ou reclassificarem as informações comparativas, elas terão que reapresentar um balanço patrimonial para o início do período comparativo, além da exigência atual de apresentar balanços patrimoniais no final do período corrente e do período comparativo.

CPC 37 Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

Aprovado pela Deliberação CVM 609/09, o CPC 37 está correlacionado à IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Trata da adoção inicial dos pronunciamentos internacionais de contabilidade: isenções opcionais e exceções obrigatórias, em conformidade com os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC.

CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

Aprovado pela Deliberação CVM 610/09, o CPC 43 não possui norma correlacionada nas normas internacionais de contabilidade – IFRS, uma vez que trata sobre a adoção inicial dos CPCs emitidos em 2009. Discorre sobre as diferenças existentes entre os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC e as normas IFRS, entre outras disposições.

ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos

Aprovada pela Deliberação CVM 601/09, sem correlação direta com uma norma ou interpretação do IFRS, essa interpretação fornece orientações sobre os critérios para contabilização dos dividendos, de acordo com as orientações contidas no CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O ICPC 08 determina que o dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto da Companhia ou, se esse for omissivo, pela Lei 6.404/76, deve ser registrado como um passivo na data do encerramento do exercício social e que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja registrado como passivo somente quando aprovado pela Assembléia de Acionistas ou outro órgão competente, ou pago pela Companhia, o que ocorrer primeiro. Os efeitos na aplicação desta norma estão relacionados, portanto, ao período de contabilização dos dividendos e não afetam o seu fluxo de pagamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	30/09/10	30/06/10
• Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (**)	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A. (**)	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (**)	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (**)	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Assessoria S.A.	100,00	100,00
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.	99,90	99,90
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,90	99,90
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
 (*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A. e 45% da Controlar S.A., sob a forma de controle em conjunto		
(**) Estes percentuais referem-se a participação direta (99,90%) e indireta (0,10%) da CCR, por meio de suas controladas.		
• Controladas em conjunto diretas		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora). O Consórcio Operador Parques não tem atividades operacionais desde 1º de maio de 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Eliminação dos efeitos tributários da parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do RodoAnel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";
- f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa nº. 3, no item Direito de Concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins desta demonstração, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;
- g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), a Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e a Controlar S.A. (Controlar), controladas em conjunto, direta e indiretamente, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro, Renovias e Controlar, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

	30/09/2010							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	523.797	200.352	152.198	88.275	65.338	26.135	26.809	12.064
Ativo não circulante	85.994	32.893	574.394	333.148	335.382	134.153	90.917	40.913
Realizável a Longo Prazo	-	-	44.341	25.718	29.302	11.721	168	76
Imobilizado	72.096	27.577	480.153	278.488	304.206	121.682	82.527	37.137
Intangível	13.898	5.316	8.728	5.062	1.874	750	4.096	1.843
Diferido	-	-	41.172	23.880	-	-	4.126	1.857
Total do ativo	609.791	233.245	726.592	421.423	400.720	160.288	117.726	52.977
Passivo circulante	488.664	186.914	133.537	77.451	51.120	20.448	48.109	21.649
Passivo não circulante	791	302	464.822	269.597	201.999	80.800	44.633	20.085
Patrimônio líquido	120.336	46.029	128.233	74.375	147.601	59.040	24.984	11.243
Total do passivo e patrimônio líquido	609.791	233.245	726.592	421.423	400.720	160.288	117.726	52.977

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/2010							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	445.605	170.444	125.136	72.579	43.479	17.391	25.821	11.620
Ativo não circulante	79.139	30.271	544.404	315.754	342.402	136.961	84.532	38.039
Realizável a Longo Prazo	-	-	13.702	7.947	29.129	11.652	168	76
Imobilizado	66.860	25.574	487.197	282.574	311.923	124.769	76.162	34.273
Intangível	12.279	4.697	167	97	1.350	540	3.950	1.778
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	4.252	1.913
Total do ativo	524.744	200.715	669.540	388.333	385.881	154.352	110.353	49.659
Passivo circulante	418.189	159.957	172.810	100.230	52.871	21.148	44.687	20.109
Passivo não circulante	797	306	407.214	236.184	203.883	81.553	52.720	23.724
Patrimônio líquido	105.758	40.452	89.516	51.919	129.127	51.651	12.946	5.826
Total do passivo e patrimônio líquido	524.744	200.715	669.540	388.333	385.881	154.352	110.353	49.659

	30/09/2010							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	201.449	77.054	15.413	8.940	176.690	70.676	118.135	53.161
Custos dos serviços prestados	(66.967)	(25.615)	(12.609)	(7.314)	(96.077)	(38.431)	(49.350)	(22.208)
Lucro bruto	134.482	51.439	2.804	1.626	80.613	32.245	68.785	30.953
Despesas (Receitas) operacionais	(55.668)	(21.293)	(28.199)	(16.355)	1.369	548	(34.163)	(15.373)
Resultado operacional	78.814	30.146	(25.395)	(14.729)	81.982	32.793	34.622	15.580
Resultado financeiro	8.207	3.139	8.988	5.213	(13.128)	(5.251)	(7.388)	(3.325)
Resultado antes do IR e CS	87.021	33.285	(16.407)	(9.516)	68.854	27.542	27.234	12.255
IR e CS corrente e diferido	(29.342)	(11.223)	5.578	3.235	(23.333)	(9.334)	(8.148)	(3.666)
Lucro líquido (prejuízo) do período	57.679	22.062	(10.829)	(6.281)	45.521	18.208	19.086	8.589

	30/09/2009							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar (*)	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	142.099	54.353	-	-	154.194	61.678	12.712	5.720
Custos dos serviços prestados	(49.168)	(18.807)	(783)	(454)	(80.469)	(32.188)	(10.777)	(4.849)
Lucro bruto	92.931	35.546	(783)	(454)	73.725	29.490	1.935	871
Despesas (Receitas) operacionais	(54.988)	(21.033)	(11.287)	(6.546)	1.336	534	(91)	(41)
Resultado operacional	37.943	14.513	(12.070)	(7.000)	75.061	30.024	1.844	830
Resultado financeiro	4.926	1.884	32.976	19.126	(5.136)	(2.054)	(914)	(411)
Resultado antes do IR e CS	42.869	16.397	20.906	12.126	69.925	27.970	930	419
IR e CS corrente e diferido	(15.469)	(5.916)	(6.836)	(3.965)	(27.539)	(11.016)	(651)	(293)
Lucro líquido do período	27.400	10.481	14.070	8.161	42.386	16.954	279	126

(*) Conforme descrito na nota nº 1, a aquisição de 45% na Controlar S.A., por meio da controlada CPC, ocorreu em 13 de agosto de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Caixa e bancos	416	1.457	16.845	22.838
Aplicações financeiras	<u>832.670</u>	<u>1.545.727</u>	<u>1.184.591</u>	<u>1.902.458</u>
	<u>833.086</u>	<u>1.547.184</u>	<u>1.201.436</u>	<u>1.925.296</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxa média de 99,36% do CDI, equivalente a 9,50% ao ano (9,00% ao ano em 30 de junho de 2010).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	832.670	1.545.727	1.145.976	1.902.444
CDBs pós-fixados	-	-	38.600	-
Títulos de capitalização	-	-	15	14
Total	<u>832.670</u>	<u>1.545.727</u>	<u>1.184.591</u>	<u>1.902.458</u>

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Circulante				
Pedágio eletrônico - STP (a)	-	-	182.248	156.065
Receitas acessórias (c)	-	-	6.846	6.421
Pedágio eletrônico - outros (b)	-	-	12.124	10.712
Contraprestação pecuniária / SPTrans - São Paulo Transportes S.A. (f)	-	-	4.347	4.381
Outros	-	-	<u>186</u>	<u>790</u>
	-	-	205.751	178.369
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	<u>(25.726)</u>	<u>(24.055)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>180.025</u>	<u>154.314</u>
Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	2.118	2.118
Contraprestação pecuniária / SPTrans - São Paulo Transportes S.A. (f)	-	-	<u>3.243</u>	<u>4.324</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.653</u>	<u>30.734</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(2.118)	(2.118)
	=	=	(26.410)	(26.410)
	=	=	3.243	4.324

- (a) Refere-se ao contas a receber decorrente dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG's e estacionamentos da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.
- (b) Refere-se ao contas a receber decorrente, basicamente, de operações de vale-pedágio.
- (c) Refere-se ao contas a receber de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstos nos contratos de concessão.
- (d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.
- (e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do RodoAnel Mário Covas.
- Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa possivelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.
- (f) Refere-se ao contas a receber, do Poder Concedente, pela controlada em conjunto ViaQuatro, correspondente à contraprestação pecuniária, prevista no Termo Aditivo nº. 3, e que será recebida em 24 (vinte e quatro) parcelas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês do início da operação comercial de cada subtrecho da Fase I. Esses valores deverão ser reajustados anualmente pelo IGPM-FGV (50%) e IPC-FIPE (50%).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	30.849	19.761	33.958	21.672
Imposto de renda e contribuição social (a)	2.982	167	345.350	212.802
COFINS	6.645	6.246	7.312	7.176
CSLL	775	768	968	891
PIS	1.442	1.355	1.604	1.575
ISS de pedágio	5	5	476	476
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>599</u>	<u>560</u>
	<u>42.699</u>	<u>28.303</u>	<u>390.267</u>	<u>245.152</u>
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social	<u>90.356</u>	<u>89.344</u>	<u>90.356</u>	<u>89.344</u>
	<u>90.356</u>	<u>89.344</u>	<u>90.356</u>	<u>89.344</u>

(a) Do montante de R\$ 345.350, R\$ 323.594 refere-se às antecipações de IR e CS decorrentes da apuração do lucro real em 2010 (R\$ 191.311 em 30 de junho de 2010), os quais serão transferidos para baixa da provisão do imposto de renda e contribuição social no passivo, no encerramento do exercício.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e baseadas em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	30/09/10	30/06/10
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais	1.816	3.573
Base negativa de contribuição social	654	1.286
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	4.588	5.699
Perdas com operações de derivativos	1.236	2.028
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.554	2.240
Provisão para comissão sobre empréstimos	2.670	2.067
Provisão para devedores duvidosos	1.039	2.096
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	965	1.220
Provisão para contingências	1.666	357
Custos/Despesas pré-operacionais CPCSP e SAMM	827	-
Provisão para perda de investimentos	-	122
	<u>20.015</u>	<u>20.688</u>
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	23.318	21.008
Base negativa de contribuição social	8.395	7.564
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	7.298	11.361
Provisão para devedores duvidosos	8.979	8.972
Provisão para contingências	4.521	4.465
Provisão para perda de investimentos	491	368
	<u>53.002</u>	<u>53.738</u>
Passivo circulante		
Variação cambial	742	10.788
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	25	368
Pagamento de juros e principal do arrendamento mercantil financeiro	290	-
Ganhos com operações de derivativos	-	775
	<u>1.057</u>	<u>11.931</u>
Passivo não circulante		
Variação cambial	17.203	11.684
Ajuste de prática contábil para a consolidação da Renovias	16.645	16.636
	<u>33.848</u>	<u>28.320</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	30/09/10	30/06/10
<i>Ativo</i>		
ViaLagos (1)	25.769	29.010
ViaLagos (2)	1.132	66
ViaOeste (2)	11.060	10.305
AutoBAn (2)	5.829	5.064
RodoNorte (2)	1.300	1.012
NovaDutra (2)	5.250	5.101
STP (2)	1.195	1.048
CPC (2)	3.260	2.506
SAMM (2)	550	-
CPCSP (2)	275	-
Ponte (2)	623	2.401
Parques (2)	475	391
ViaQuatro (1)	8.412	4.421
ViaQuatro (4)	7.887	13.101
	<u>73.017</u>	<u>74.426</u>
<i>Passivo</i>		
ViaLagos (4)	757	8.758
ViaLagos (5)	7	-
AutoBAn (5)	57	-
ViaOeste (5)	63	-
Nova Dutra (5)	93	-
Ponte (4)	-	3.173
Ponte (5)	10	-
Rodonorte (5)	48	-
CPC (3)	16.645	16.636
CPC (5)	12	-
CPCSP (5)	1	-
ViaQuatro (4)	17.203	11.684
ViaQuatro (5)	9	-
	<u>34.905</u>	<u>40.251</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, a controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração.
- (2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.
- (3) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº. 4f.
- (4) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre as diferenças temporárias decorrentes dos resultados de operação com derivativos (quando aplicável) e variações cambiais, os quais estão sendo diferidos conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo considerados dedutíveis ou tributáveis somente no momento de sua realização financeira.
- (5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre as diferenças temporárias decorrentes de pagamento de juros e principal de arrendamento mercantil financeiro.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2010	715
2011	3.850
2012	9.008
2013	2.808
Após 2013	<u>17.800</u>
	<u>34.181</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia (controladora) e a controlada RodoAnel não registraram o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 30 de setembro de 2010, nos montantes de R\$ 67.282 e R\$ 67.329 respectivamente, para a Controladora e R\$ 249.562 (prejuízos fiscais e bases negativas) para a controlada RodoAnel, em virtude do disposto na Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002. Se fosse registrado em 30 de setembro de 2010, o saldo do ativo fiscal diferido seria de R\$ 22.880 para a Controladora e R\$ 84.851 para a controlada RodoAnel.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/10		30/09/09		30/09/10		30/09/09	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	537.524	537.524	522.849	522.849	915.697	915.697	859.810	859.010
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(18.228)	(18.228)	(27.208)	(27.208)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	(4.608)	(4.608)	(4.855)	(4.855)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	537.524	537.524	522.849	522.849	892.861	892.861	827.747	827.747
Ajuste referente ao resultado de equivalência patrimonial (REP)	(512.914)	(512.914)	(564.687)	(564.687)	-	-	-	-
	24.610	24.610	(41.838)	(41.838)	892.861	892.861	827.747	827.747
Ajustes para o cálculo dos impostos (a)								
Adições	31.713	31.713	23.137	23.137	423.415	420.978	172.905	173.156
Exclusões	(28.760)	(24.571)	(15.070)	(15.070)	(286.651)	(282.460)	(169.792)	(169.234)
Base de cálculo dos impostos	27.563	31.752	(33.771)	(33.771)	1.029.625	1.031.379	830.860	831.669
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(8.269)	(9.525)	-	-	(27.258)	(28.446)	(21.880)	(26.884)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	19.294	22.227	(33.771)	(33.771)	1.002.367	1.002.935	808.980	804.785
Impostos correntes (lucro real)	4.785	2.000	-	-	290.638	105.162	242.386	87.633
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	39.044	39.044	58.625	58.625
Receita financeira	-	-	-	-	261	261	415	415
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	12.755	12.755	19.175	19.175
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	-	-	3.160	1.147	4.755	1.727
Total de impostos correntes (lucro real e presumido)	4.785	2.000	-	-	293.798	106.309	247.142	89.360
Impostos diferidos								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	(52.036)	(52.036)	42.289	41.730
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	27.258	28.446	21.880	26.884
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(22.590)	(22.590)	(54.014)	(54.014)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	(47.368)	(46.180)	10.155	14.600
Impostos diferidos	-	-	-	-	(14.517)	(5.240)	(3.525)	(870)
Total de impostos correntes e diferidos	4.785	2.000	-	-	279.281	101.069	243.616	88.490
Alíquota efetiva	1%	0%	0%	0%	30%	11%	28%	10%

(a) Vide notas explicativas 18 e 23.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	30/09/10	30/06/10
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	<u>82.779</u>	<u>82.779</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	2.082.342	2.103.037
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	<u>380.310</u>	<u>352.038</u>
	<u>2.462.652</u>	<u>2.455.075</u>

(1) Outorga da concessão

- (1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2010 era de R\$ 4.727 no circulante e de R\$ 72.086 no não circulante (R\$ 4.727 e R\$ 73.268 respectivamente em 30 de junho de 2010).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

- (1.2) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2010 era de R\$ 3.297 no circulante e de R\$ 37.091 no não circulante (R\$ 3.297 e R\$ 37.915 respectivamente em 30 de junho de 2010).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

- (1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2010 era de R\$ 1.177 no circulante e de R\$ 11.085 no não circulante (R\$ 1.177 e R\$ 11.380 respectivamente em 30 de junho de 2010).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2010 era de R\$ 73.578 no circulante e de R\$ 1.962.080 no não circulante (R\$ 73.578 e R\$ 1.980.474 respectivamente em 30 de junho de 2010).

(2) A mudança do prazo de concessão, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 27. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAN e a controlada em conjunto Renovias, nesta última para fins desta demonstração, passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, de forma que o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, conforme segue:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAN;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

Em 30 de setembro de 2010, o saldo dos valores reduzidos do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecidos como despesa paga antecipadamente é de R\$ 380.310 (R\$ 352.038 em 30 de junho de 2010), sendo, na ViaOeste R\$ 46.058 (R\$ 42.635 em 30 de junho de 2010), na AutoBAN R\$ 326.190 (R\$ 301.951 em 30 de junho de 2010) e na Renovias R\$ 8.062 (R\$ 7.452 em 30 de junho de 2010).

10 Despesas antecipadas e outras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	1.851	974	22.293	17.951
Seguros	62	122	8.992	13.480
Depósitos judiciais	-	-	7.350	7.350
Adiantamentos de pessoal	1.215	296	3.860	1.801
Benefícios antecipados	551	462	2.916	1.753
Encargos financeiros a apropriar	485	485	672	663
Outros	501	502	1.401	1.675
	<u>4.665</u>	<u>2.841</u>	<u>47.484</u>	<u>44.673</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais	152	152	9.147	8.460
Outros	-	-	96	101
	<u>152</u>	<u>152</u>	<u>9.243</u>	<u>8.561</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2010 e 2009, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas, controladas em conjunto, coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Serviços Prestados	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	1.856	-	-	-
Actua Assessoria S.A.	426	-	-	-	9.000	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (e)	-	3.378	914	1.724	-	-
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (b)	-	44	365.813	317.443	-	-
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	317	-	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	24.197	45	-	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias (Divisão Actua)	369	-	-	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A.	-	1.521	419	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	-	7.563	2.078	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões	49	189	63	-	13	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	827	227	-	-	-
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	6.359	1.722	-	53	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (c)	-	1.661	22.626	-	-	-
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (e)	-	-	2.997	-	-	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (e)	-	-	-	-	-	476
Outras partes relacionadas						
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	107	-	-	-
Benito Roggio Transporte S.A. (d)	-	-	-	1.624	-	-
RATP Developpment S.A. (d)	-	-	-	1.624	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	349	96	-	-	-
COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	498	135	-	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	10.393	-	-	-	5.600	-
Plano de incentivo de longo prazo	3.270	-	-	-	9.759	2.858
Total, 30 de setembro de 2010	14.824	46.586	399.100	322.415	24.437	4.774
Total, 30 de junho de 2010	9.824	25.818	525.935	170.689	7.663	9.361
Total, 30 de setembro de 2009	14.518	50.773				

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.

(b) Contratos de mútuo conforme tabela a seguir:

Controlada	Valor original	Taxa	Vencimento
RodoAnel	16.150	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	258.400	CDI + 1,25%	12/11/2010
RodoAnel	65.550	CDI + 1,25%	17/12/2010
RodoAnel	23.750	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	81.748	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	52.250	CDI + 1,18%	15/11/2024
RodoAnel	52.250	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	77.900	114% do CDI	15/11/2024

(c) Contratos de mútuo, remunerados à taxa de 115% do CDI para a controlada em conjunto ViaQuatro, com vencimento previsto para 18 de junho de 2011. A taxa de remuneração é equivalente às praticadas no mercado, na data em que as transações foram realizadas.

(d) Contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.

(e) Adiantamento para futuro aumento de capital.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
	Serviços Prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo		Passivo	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	71.652	-	-	-	20.703	-
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (i)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	-	-	543	-	-	-	-
Actua Assessoria S.A.	-	-	1.254	-	-	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias (Divisão Actua)	-	-	1.220	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	113.170	-	8	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	9.541	-	-	-
Renovias Concessionária S.A.	-	-	-	820	-	-	-
Outras partes relacionadas							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	107	-	-	-
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	221.172	-	-	147	-	26.361	-
Consórcio Operador Parques (d)	3.698	-	-	-	-	196	-
Consórcio Vila Velha (e)	-	2.761	-	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	98	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte S.A. (f)	-	-	-	-	1.624	-	-
RATP Development S.A. (f)	-	-	-	-	1.624	-	-
Encalso Construções S.A. (h)	-	-	-	-	-	21.420	14.545
Cesbe Participações S.A.	-	-	-	-	-	98	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	6.339	-
Mitsui & Co Ltd. (g)	-	-	-	-	-	2.145	-
Montgomery Participações S.A. (g)	-	-	-	-	-	6.436	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	25.188	-	-	-	-	11.960	-
Plano de incentivo de longo prazo	3.270	-	-	-	-	9.759	2.858
Total, 30 de setembro de 2010	253.328	74.413	3.017	123.883	3.248	107.876	19.319
Total, 30 de junho de 2010	163.042	59.317	2.852	109.130	2.765	109.293	18.108
Total, 30 de setembro de 2009	189.137	101.456	3.401				

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- (a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente;
- (b) Refere-se à contrato de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação prestado para a controlada NovaDutra;
- (c) Refere-se à contratos de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (d) Refere-se a contratos de prestação de serviços de manutenção, conservação e operação para a controlada RodoNorte;
- (e) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para a RodoNorte;
- (f) Contratos de mútuo com as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015;
- (g) Contratos de mútuo da controlada em conjunto ViaQuatro com as empresas Montgomery e Mitsui, remunerados à taxa de 114% do CDI, com vencimento previsto para 18 de junho de 2011;
- (h) Contratos de mútuo conforme tabela a seguir:

Controlada	Valor original	Taxa	Vencimento
RodoAnel	850	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	13.600	CDI + 1,25%	12/11/2010
RodoAnel	3.450	CDI + 1,25%	17/12/2010
RodoAnel	1.250	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	4.303	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	2.750	CDI + 1,18%	15/11/2024
RodoAnel	2.750	114% do CDI	15/11/2024
RodoAnel	4.100	114% do CDI	15/11/2024

- (i) Adiantamento para futuro aumento de capital.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Remuneração fixa	4.987	4.787	11.290	11.249
Outros benefícios de curto prazo (1) / (a)	5.406	4.328	13.898	10.933
Plano de incentivo de longo prazo (2)	<u>3.270</u>	<u>1.621</u>	<u>3.270</u>	<u>1.621</u>
Total	<u>13.663</u>	<u>10.736</u>	<u>28.458</u>	<u>23.803</u>

(1) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.

(2) Conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

(a) O saldo de despesa com profissionais chave da administração (outros benefícios) em 30 de setembro de 2009, foi ajustado em R\$ 1.376 na controladora e R\$ 6.109 no consolidado, para refletir o provisionamento / pagamentos das despesas com Programa de Participação nos Resultados (PPR).

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	2.245.583	2.033.690	-	-
Adiantamento para aquisição de investimento (1)	-	-	<u>35.654</u>	-
Total	<u>2.245.583</u>	<u>2.033.690</u>	<u>35.654</u>	-

1) Refere-se a adiantamento efetuado pela CPC para aquisição da SPVias.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos

	NovaDutra	AutoBAN	ViaLagos	Ponte	RodoNorte	ViaOeste	CPC	RodoAnel	STP	ViaQuatro
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (*)	321.067	438.379	19.885	41.449	184.612	281.461	411.645	60.476	26.345	49.421
Resultado de equivalência patrimonial (**)	83.198	176.529	15.957	14.047	50.872	62.002	657	(126.186)	14.079	(17.861)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.270
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(24.465)	-	(5.979)	(10.295)	(82.362)	(49.001)	-	-	28	2.089
Incorporação - transferência PL	-	-	-	-	-	-	4.398	-	-	-
Incorporação - Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(10.380)	-	-	-
Lucro não realizado	76	104	-	6	92	15	-	12	-	-
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	65.698	-	-
Saldo em 30 de junho de 2010	379.876	615.012	29.863	45.207	153.214	294.477	406.320	-	40.452	51.919
Reclassificação de passivo a descoberto										
Resultado de equivalência patrimonial (**)	45.130	118.885	3.091	3.369	31.470	34.824	6.322	(42.464)	7.983	11.581
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.875
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(59.999)	-	-	(2.406)	-
Lucro não realizado	38	53	-	1	50	8	-	6	-	-
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	42.458	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2010	425.044	733.950	32.954	48.577	184.734	269.310	412.642	-	46.029	74.375

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos (continuação)

	Parques	Actua Serviços	Actua Assessoria	EngeLog	SAMM	CPCSP	CCR México	CCR USA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (*)	405	103	11.729	(8.300)	1	1	1.093	76	1.839.848
Resultado de equivalência patrimonial (**)	126	7.657	6.633	8.467	(21)	-	(1.199)	(103)	294.854
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	2.288	176	20.734
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(6.583)	(3.844)	(5.750)	-	-	-	-	(186.162)
Incorporação - transferência PL	-	(1.177)	-	(4.398)	-	-	-	-	(1.177)
Incorporação - Passivo a descoberto	-	-	-	10.380	-	-	-	-	-
Lucro não realizado	-	-	-	(399)	-	-	-	-	(94)
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(17)	6	(11)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	65.698
Saldo em 30 de junho de 2010	531	-	14.518	-	(20)	1	2.165	155	2.033.690
Resultado de equivalência patrimonial (**)	(163)	-	40	-	(1.013)	(529)	(667)	(46)	217.813
Aumento de capital	-	-	-	-	3.197	1.299	-	-	15.371
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(1.616)	-	-	-	-	-	(64.021)
Lucro não realizado	-	-	186	-	-	-	-	-	342
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(63)	(8)	(71)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	42.458
Saldo em 30 de Setembro de 2010	368	-	13.128	-	2.164	771	1.435	101	2.245.582

(*) O saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 esta apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto no valor de R\$ 8.300.

(**) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladas mais o valor do lucro não realizado (R\$ 71 em 30/09/10 e R\$ 95 em 30/06/10)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra (**)		AutoBan (**)		ViaLagos (*)		Ponte (*)	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Capital social integralizado	257.911	257.911	246.750	246.750	11.292	11.292	28.297	28.297
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.710	9.710
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	425.044	379.876	733.950	615.012	32.954	29.864	48.577	45.207
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	425.044	379.876	733.950	615.012	32.954	29.864	48.577	45.207

	RodoNorte		ViaOeste		RodoAnel		STP	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Capital social integralizado	107.480	107.480	139.763	139.763	200.000	200.000	37.050	37.050
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	190.000	190.000	8.529	8.529
Ordinárias	645.198	645.198	6.988.146	6.988.146	95.000	95.000	8.529	8.529
Preferenciais	1.201.738	1.201.738	6.988.146	6.988.146	95.000	95.000	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	215.007	178.321	269.310	294.477	(113.849)	(69.156)	120.337	105.758
Participação no capital social, no final do exercício - %	85,92	85,92	100	100	95	95	38,25	38,25
Participação no patrimônio líquido	184.734	153.213	269.310	294.477	(108.156)	(65.698)	46.029	40.452

	ViaQuatro		Parques		CCR México (**)		CCR USA	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Capital social integralizado	123.885	105.135	10	10	12.263	12.263	7.076	7.076
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	86.772	63.572	9	9	-	-	-	-
Ordinárias	44.882	32.882	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	41.890	30.690	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	9	9	4.100	4.100	0,3	0,3
Patrimônio líquido	128.233	89.516	428	617	1.435	2.164	101	155
Participação no capital social, no final do exercício - %	58	58	85,92	85,92	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	74.375	51.919	368	530	1.435	2.164	101	155

	CPC (*)		SAMM (*)		CPCSP (*)		Actua Assessoria (***)	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Capital social integralizado	417.546	417.546	(22)	(22)	1.301	1	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	455.278	450.725	3.201.000	1	1.301.000	1	10	10
Ordinárias	227.639	225.363	1.601	0,5	651	0,5	10	10
Preferenciais	227.639	225.362	1.600	0,5	650	0,5	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (antes incorporação)	427.257	416.507	2.166	(20)	772	1	13.311	14.701
Incorporação - Transferência PL	-	4.398	-	-	-	-	-	-
Incorporação - Lucro não realizado	(10.342)	(10.481)	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (após incorporação)	416.915	410.424	-	-	-	-	13.311	14.701
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	412.642	406.320	2.164	(20)	772	1	13.128	14.518

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Capital social integralizado	2.025.342	2.025.342	2.025.342	2.025.342
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	441.397	441.397	441.397	441.397
Ordinárias	441.397	441.397	441.397	441.397
Preferenciais	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.657.506	3.168.941	2.657.506	3.168.941

(*) Participação direta e indireta por meio da Actua Assessoria S.A..

(**) Participação direta e indireta por meio da Companhia de Participação em Concessões (CPC).

(***) Participação direta e indireta por meio da Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços). A Actua Serviços foi incorporada em 31 de maio de 2010 pela CCR.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada, provisoriamente, até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2009

Desde o ano de 2003, a Controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, tiveram sentenças favoráveis à Controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento. Em relação ao reajuste de 2003 a Controlada apelou quanto ao aspecto formal da sentença e ao ônus da sucumbência. Em 2009 a Controlada obteve liminar deferida favoravelmente, sendo que em agosto de 2010 foi proferida a sentença julgando procedente o pedido, confirmando a aplicação do reajuste contratual

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A Controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 03 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. A ação está em fase de instrução. Paralelamente, o Estado do Paraná recorreu da decisão liminar, mas não obteve êxito.

vii. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo-ARTESP e dos acionistas da Concessionária do RodoAnel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias e Encalço Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça.

Em 03 de agosto de 2009, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, deferiu o pedido de liminar suspensiva requerida no Pedido da Reclamação, mantendo a cobrança até o trânsito em julgado da ação.

Os acionistas controladores e a administração das controladas reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações trimestrais das referidas controladas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas representam respectivamente 5,41% e 10,42% para a controlada RodoNorte e 24,05% e 3,74% para a controlada RodoAnel, dos valores consolidados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		30/09/10		30/06/10	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.766	(853)	913	610
Máquinas e equipamentos	20	4.405	(1.302)	3.103	413
Veículos	20	825	(21)	804	345
Instalações e edificações	7	550	(550)	-	-
Sistemas operacionais	-	30	(4)	26	
Imobilizações em andamento	-	4.069	-	4.069	542
		<u>11.645</u>	<u>(2.730)</u>	<u>8.915</u>	<u>1.910</u>
	Taxa média de depreciação %	Consolidado			
		30/09/10		30/06/10	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	11	19.252	(8.728)	10.524	10.262
Máquinas e equipamentos	16	141.398	(76.651)	64.747	61.822
Material rodante	10	63.737	(1.593)	62.144	27.298
Veículos	16	63.179	(34.049)	29.130	19.127
Desapropriações	5	258.852	(82.447)	176.405	145.892
Instalações e edificações	6	349.843	(121.236)	228.607	213.867
Dispositivos de proteção e segurança	6	257.333	(117.716)	139.617	129.536
Pavimentos	12	2.258.597	(1.297.794)	960.803	872.086
Projetos e investimentos ambientais	6	208.517	(74.940)	133.577	119.554
Obras de arte especiais	5	960.540	(249.650)	710.890	636.650
Obras de arte correntes	6	466.325	(179.268)	287.057	238.841
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.541	(17.377)	13.164	13.436
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	8	96.405	(25.010)	71.395	59.254
Sinalizações	28	196.078	(156.691)	39.387	37.868
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	637.857	(192.183)	445.674	376.257
Obras preliminares e complementares	6	208.462	(102.492)	105.970	101.970
Sistemas operacionais	11	278.551	(186.495)	92.056	94.322
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	196.920	(81.685)	115.235	115.523
Imobilizações em andamento (a)	-	674.117	-	674.117	823.367
Adiantamento para aquisição de imobilizado (b)	-	11.099	-	11.099	57.722
		<u>7.377.603</u>	<u>(3.006.005)</u>	<u>4.371.598</u>	<u>4.154.654</u>

(a) A descrição das principais imobilizações em andamento em 30 de setembro de 2010 são as seguintes:

- AutoBAN: R\$ 170.752 – i) Melhorias viárias marginal Tietê; ii) Conjunto viário bairro Anastácio; iii) Transposição km 12 Av. Anastácio SP330; iv) Prolongamento Pte. A. Fontana (Lapa); v) Implantação dispositivo de retorno km109+200 na SP330; vi) Retorno km 96+300 SP330; vii) Duplicação PLN-020 e dispositivo pirelli/3M SP330; viii) Dispositivo acesso Av. Mutinga km 14+900; ix) Estabilização de terraplenos SP330 e SP348; x) Marginal km 110+550 ao 113+600-PS SP330; xi) Ampliação e melhorias na SMR-371 SP330; xii) 3ª intervenção km 11+360 ao km 111+000 SP330; xiii) 3ª intervenção km 111 ao 158+500 SP330; xiv) Recuperação de obras de arte especiais; xv) Recuperação pórticos, semi-pórticos PMV's; xvi) Implantação PGF Km 112+000 - PS SP330;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ViaOeste: R\$ 34.146 – i) Marginais km 95 ao km 105 PL/PO SP-270; ii) Restauração de trevos SP-280; iii) Recuperação de obras de arte especiais; iv) Implantação dispositivo retorno km 64 +500 SP280; v) Remodelação do PGF Km 74 SP280; vi) Estabilização de terraplenos; vii) Remodelação do PGF Km 74 SP280; viii) Reforma bases 20, 24, 74, 46, 79, 111,54; ix) Correção/adequação de pontos de drenagem; x) Remodelação do trevo de Jandira SP280;
 - NovaDutra: R\$ 85.526 – i) Recuperação, reforço e alargamento de obras de arte especiais; ii) Implantação de passarelas; iii) Execução de serviços de estabilização de taludes; iv) Drenagem pedreira Km 195 SP; v) Obras de encabeçamentos e capeamentos; Nova pista Serra das Araras; vi) Implantação interseção desnível no Km 38 SP; vii) Drenagem das pedreiras Km 195 SP; viii) Implantação novo CPR; ix) Implantação passarela Km 213,80 NEC (SP); x) Implantação alças trevo Arujá Km201/SP; xi) Marginais São José dos Campos; xii) Marginais Rio de Janeiro; xiii) Implantação faixa adicional Km 154 ao 157; xiv) Recuperação de pavimento e sinalização; xv) Adequação da praça de Moreira César Sul (SP);
 - RodoNorte: R\$ 28.308 – i) Recuperação e manutenção de pavimento flexível; ii) Obras de contenção de talude em pontos críticos; iii) Recuperação de drenagem; iv) Restauração e melhorias acesso Apucarana BR376; v) Sinalizações; vi) Manutenção pavimento rígido.
 - RodoAnel: R\$ 17.646 – i) Adequação da interseção da Padroeira; ii) Conservação especial pavimento rígido; iii) Obra de ampliação praça de pedágio 2; iv) Implantação vias marginais Padroeira-Raposo; v) Adequação de passarelas existentes; vi) Estabilização de taludes; vii) Implantação de passarelas novas; viii) Conservação especial de obras de arte especiais; ix) Conservação especial de túneis; x) Melhorias praças pedágio; xi) Muro faixa domínio km 22,5 Oeste;
 - Ponte: R\$ 2.339 – i) Reforço aduelas momento negativo; ii) Ligação Ponte Linha Vermelha, iii) Inspeção em fundação; iv) Recuperação estrutura metálica; v) Recuperação dolphins principais;
 - ViaLagos: R\$ 5 – i) Base operacional km 40;
 - ViaQuatro: R\$ 149.014 – i) Trens e sistemas operacionais.
- (b) A controlada em conjunto ViaQuatro, efetuou os seguintes e principais adiantamentos para os fornecedores Siemens Ltda., Siemens Transportation Systems, Siemens AG, SEPSA – Sistemas Eletrônicos de Potência S.A. e Hyundai Rotem Company totalizando R\$ 11.099, para a elaboração do projeto, que prevê:
- Fornecimento do sistema de sinalização, incluindo análise de segurança e sobressalentes obrigatórios;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Fornecimento do sistema de comando centralizado da via e pátio, incluindo sobressalentes obrigatórios; e
- Fornecimento do sistema de comunicação móvel, incluindo sobressalentes obrigatórios.

Movimentação do custo – consolidado

	30/06/10	30/09/10			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferência e outros (1)	
Móveis e utensílios	18.770	640	(575)	417	19.252
Máquinas e equipamentos	136.790	8.714	(6.390)	2.284	141.398
Material rodante	27.298	-	-	36.439	63.737
Veículos	52.243	248	(782)	11.470	63.179
Desapropriações	225.461	-	(61)	33.452	258.852
Instalações e edificações	330.089	2.998	-	16.756	349.843
Dispositivos de proteção e segurança	244.377	-	-	12.956	257.333
Pavimentos	2.125.584	-	-	133.013	2.258.597
Projetos e investimentos ambientais	191.601	-	-	16.916	208.517
Obras de arte especiais	873.945	-	-	86.595	960.540
Obras de arte correntes	412.947	-	-	53.378	466.325
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. Canteiros	30.541	-	-	-	30.541
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	82.618	-	-	13.787	96.405
Sinalizações	189.538	-	-	6.540	196.078
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	561.025	-	-	76.832	637.857
Obras preliminares e complementares	201.861	-	-	6.601	208.462
Sistemas operacionais	275.298	332	(516)	3.437	278.551
Imobilizado de Rodovias - Renovias	193.312	576	-	3.032	196.920
Imobilizações em andamento	823.367	375.815	(3.243)	(521.822)	674.117
Adiantamento para aquisição de imobilizado	57.722	30.329	(76.952)	-	11.099
	<u>7.054.387</u>	<u>419.652</u>	<u>(88.519)</u>	<u>(7.917)</u>	<u>7.377.603</u>

(1) O valor líquido de R\$ 7.917 corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da depreciação – consolidado

	30/06/10	30/09/10			Eliminação lucro não realizado	Depreciação
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferência		
Móveis e utensílios	(8.508)	(445)	225	-	-	(8.728)
Máquinas e equipamentos	(74.968)	(5.011)	3.388	(60)	-	(76.651)
Material rodante	-	(1.593)	-	-	-	(1.593)
Veículos	(33.116)	(1.630)	697	-	-	(34.049)
Desapropriações	(79.569)	(2.893)	15	-	-	(82.447)
Instalações e edificações	(116.222)	(5.076)	53	9	-	(121.236)
Dispositivos de proteção e segurança	(114.841)	(2.875)	-	-	-	(117.716)
Pavimentos	(1.253.498)	(44.296)	-	-	-	(1.297.794)
Projetos e investimentos ambientais	(72.047)	(2.893)	-	-	-	(74.940)
Obras de arte especiais	(237.295)	(12.355)	-	-	-	(249.650)
Obras de arte correntes	(174.106)	(5.162)	-	-	-	(179.268)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. E mob. canteiros	(17.105)	(272)	-	-	-	(17.377)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(23.364)	(1.911)	-	-	265	(25.010)
Sinalizações	(151.670)	(5.021)	-	-	-	(156.691)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(184.768)	(7.415)	-	-	-	(192.183)
Obras preliminares e complementares	(99.891)	(2.601)	-	-	-	(102.492)
Sistemas operacionais	(180.976)	(6.007)	437	51	-	(186.495)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(77.789)	(3.896)	-	-	-	(81.685)
	<u>(2.899.733)</u>	<u>(111.352)</u>	<u>4.815</u>	<u>0</u>	<u>265</u>	<u>(3.006.005)</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		30/09/10		30/06/10	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	28	4.517	(885)	3.632	124
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	16	2.864	(103)	2.761	-
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(13.776)	1.532	2.298
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(16.569)	-	611
		<u>49.169</u>	<u>(36.888)</u>	<u>12.281</u>	<u>7.389</u>

Em 31 de dezembro de 2009, foi realizado teste de redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa abaixo, baseado em seu valor em uso, mediante o desconto do fluxo de caixa de dividendos futuros gerados a partir do uso continuado da unidade ou até o fim dos contratos de concessão. Os valores em uso foram superiores aos valores contábeis e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido. Não ocorreu no período nenhum evento indicativo da necessidade de revisão dos testes de recuperabilidade realizados anualmente.

Os ágios têm vida útil definida, e por esse motivo são amortizados linearmente pelo prazo de vida útil, com exceção da STP, sendo submetidos a teste de recuperabilidade anualmente.

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		30/09/10		30/06/10	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	21(a)	33.746	(18.202)	15.544	10.914
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	19.596	(6.070)	13.526	11.125
Ágio - ViaOeste (a)	6	251.709	(81.772)	169.937	173.417
Ágio - STP (b) (*)	10	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(13.773)	1.535	2.298
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC - Renovias (e)	7	209.209	(34.867)	174.342	178.077
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(16.569)	-	610
Ágio - CPC - Controlar (g)	11	136.719	(16.929)	119.790	123.697
		<u>695.737</u>	<u>(196.707)</u>	<u>499.030</u>	<u>504.494</u>

Movimentação do custo - consolidado

	30/06/10	30/09/10			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferência (1)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	31.792	4.153	(7.822)	5.623	33.746
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	17.276	1.894	(1.868)	2.294	19.596
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b) (*)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC - Renovias (e)	209.209	-	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	16.569	-	-	-	16.569
Ágio - CPC - Controlar (g)	136.719	-	-	-	136.719
	<u>691.463</u>	<u>6.047</u>	<u>(9.690)</u>	<u>7.917</u>	<u>695.737</u>

(1) O valor de R\$ 7.917 corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para as contas do intangível.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da amortização – consolidado

	30/06/10	30/09/10		
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(20.878)	(1.395)	4.071	(18.202)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(6.151)	(677)	758	(6.070)
Ágio - ViaOeste (a)	(78.292)	(3.480)	-	(81.772)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(13.010)	(763)	-	(13.773)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	-	(2.970)
Ágio - CPC – Renovias (e)	(31.132)	(3.735)	-	(34.867)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	(15.959)	(610)	-	(16.569)
Ágio – CPC - Controlar (g)	(13.022)	(3.907)	-	(16.926)
	<u>(186.969)</u>	<u>(14.567)</u>	<u>4.829</u>	<u>(196.707)</u>

(*) Conforme disposto na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP deixou de ser amortizado a partir de janeiro de 2009, em decorrência deste investimento não ter vida útil definida. O ágio é submetido anualmente a teste de recuperabilidade.

a. *Ágio - ViaOeste*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. *Ágio - STP*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago às outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. *Ágio - Parques e RodoNorte*

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, e é amortizado linearmente.

d. *Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP*

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e. Ágio - CPC - Renovias

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010.

g. Ágio - CPC - Controlar

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 45% da Controlar S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Controlar. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos e empréstimos

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a. a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar	Vencimentos	Consolidado	
						30/09/10	30/06/10
Em moeda nacional							
1.1 Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	18.383	21.829
1.1 Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,12% a.a.	8,1901% (a)	535	394	Fevereiro de 2017	249.090	230.834
1.1 Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	11.030	13.098
1.1 Banco Bradesco S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	7.353	8.732
1.1 Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	3.677	4.366
1.3 Banco Santander S.A.	111% CDI	N/I	-	-	Julho de 2011	22.590	-
1.5 Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2011	8.976	10.770
1.7 Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,8% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2010	393.115	381.328
1.8 Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2013	30.052	30.851
1.9 Diversos	TJLP + 1% a.a. a 4,3%	N/I	-	-	Julho de 2015	8.974	8.560
Subtotal moeda nacional						753.240	710.368
Em moeda estrangeira							
1.2 Banco do Brasil S.A.	lene + 5,8225% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2010	-	81.632
1.2 HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo S.A.	US\$ + 1,66% a.a.	3,0347% (a)	879	807	Agosto de 2011	67.534	-
1.3 Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 3,19% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2010	-	26.092
1.3 Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 3,19% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2010	-	3.887
1.4 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	LIBOR + 3,75% a.a.	5,9271% (a)	22.633	21.802	Novembro de 2024	494.854	521.150
1.4 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	LIBOR + 3,50% a.a.	5,6514% (a)	15.089	14.465	Novembro de 2022	329.652	347.377
1.6 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	LIBOR + 1,9% a.a. à 2,5 % a.a.	3,7516% (a) (b)	13.906	12.187	Fevereiro de 2020	194.594	174.033
1.6 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	LIBOR + 2,2% a.a. à 2,8 % a.a.	4,2287% (a) (b)	3.903	3.425	Fevereiro de 2023	56.202	50.317
Subtotal moeda estrangeira						1.142.836	1.204.488
Total de financiamentos e empréstimos						1.896.076	1.914.856
Circulante							
Financiamentos e empréstimos						577.464	563.533
Custos de transação						(6.107)	(5.193)
Total						571.357	558.340
Não Circulante							
Financiamentos e empréstimos						1.371.692	1.404.828
Custos de transação						(46.973)	(48.312)
Total						1.324.719	1.356.516

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	30/09/10	30/06/10
2011	24.507	71.665
2012	62.065	120.387
2013	101.391	157.448
2014	102.911	136.411
Após 2014	1.080.818	918.917
Total	1.371.692	1.404.828

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

a) Em 10 de julho de 2000, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 220.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco (atualmente Itaú Unibanco) e Sudameris (atualmente Santander).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao IFC, BID e BNDES, que foram liquidados, antecipadamente, em 11 de maio 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

Os juros adicionais correspondentes aos anos de 2004 a 2007 foram de R\$ 6.963, cujo pagamento foi feito entre outubro de 2008 e março de 2009 e o valor referente ao ano de 2008 foi de R\$ 7.062, cujo pagamento foi realizado em maio e junho de 2009. O valor de R\$ 3.555, referente ao ano de 2009, foi pago em abril de 2010.

A controlada possui provisionado em 30 de setembro 2010, na rubrica de outras contas a pagar, o montante de R\$ 7.850 (R\$ 6.080 em 30 de junho de 2010) relativo aos juros do exercício de 2010 para o cumprimento dessa obrigação.

b) Em 05 de fevereiro de 2009, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Em fevereiro, maio e novembro de 2009, foram liberadas as três primeiras parcelas do financiamento, nos valores de R\$ 110.000, R\$ 75.000 e R\$ 22.000, respectivamente e em março e setembro de 2010 foram liberadas a quarta e quinta parcela no valor de R\$ 21.951 e R\$ 18.153, respectivamente.

As principais garantias e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias é de R\$ 73.300 e da conta reserva é de R\$ 32.803 em 30 de setembro de 2010 totalizando R\$ 106.103 (R\$ 120.199 em 30 de junho de 2010).
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.2 ViaLagos

Em 05 de setembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em iene no valor de R\$ 68.000 junto ao Banco do Brasil S.A., com vencimento em parcela única em 20 de agosto de 2010 e com encargos financeiros de 5,8225% a.a. Foi realizada uma operação de *hedge (swap)* com taxa de 103,20% da variação acumulada do CDI, vinculada a este empréstimo. Esta operação foi liquidada integralmente em seu vencimento.

Em 20 de setembro de 2010, a controlada firmou contrato de empréstimo em Dólar no montante de US\$ 40.000 junto ao HSBC Bank Brasil S.A., com vencimento em parcela única em 15 de agosto de 2011 e com encargos financeiros de 1,66% a.a. Foi realizada uma operação de *hedge (swap)* com taxa de 103,40% da variação acumulada do CDI, vinculada a este empréstimo.

1.3 Ponte

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou 2 contratos de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., com vencimento para 14 de julho de 2009 e encargos financeiros de 6,13% a.a., nos montantes de US\$ 11.001 mil e US\$ 13.999 mil, e contratou *hedge (swap)* às taxas de 109,70% da variação acumulada do CDI, vinculada a estes empréstimos.

Em 14 de julho de 2009, os contratos de *hedge (swap)* foram integralmente liquidados e um dos contratos de empréstimos foram liquidados parcialmente, sendo que o vencimento dos saldos remanescentes de US\$ 2.085 mil e US\$ 13.999 mil foram prorrogados para 09 de julho de 2010, com juros de 3,19% a.a. e com a taxa do *hedge* alterada para 123,50% da variação acumulada do CDI.

Em 07 de julho de 2010, o contrato de empréstimo no valor de US\$ 2.085 mil foi integralmente liquidado e o contrato de empréstimo no valor de US\$ 13.999 mil foi liquidado parcialmente. Adicionalmente foi efetuado um aditamento para uma nova operação com o Banco Santander S.A. no valor de R\$ 22.000, com vencimento em 07 de julho de 2011, fazendo jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 111,00% do CDI.

1.4 RodoAnel

Em 03 de dezembro de 2009, a controlada assinou o contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor de US\$ 500 milhões, sendo US\$ 300 milhões com o BID e outros bancos comerciais (BID A e BID B) e US\$ 200 milhões com o JBIC. Tal valor foi desembolsado integralmente no dia 22 de dezembro e conta com as seguintes condições financeiras:

- Pagamentos de juros: semestrais a cada 15 de maio e 15 de novembro, a partir de 15 de maio de 2010;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Pagamentos de principal: semestrais a cada 15 de maio e 15 de novembro, a partir de 15 de maio de 2011. Os valores dos pagamentos são crescentes, sendo o primeiro no montante de US\$ 750 mil correspondentes ao BID A e BID B e US\$ 500 mil correspondente ao JBIC e o último de US\$ 6.000 mil para o BID A, US\$ 14.500 mil para o BID B e US\$ 12.000 mil para o JBIC;
- Vencimento final:
 - BID A e JBIC: 15 de novembro de 2024; e
 - BID B: 15 de novembro de 2022.
- Remuneração:
 - BID A e JBIC: Libor (6 meses) + 3,75% a.a. e
 - BID B: Libor (6 meses) + 3,50% a.a.

O financiamento exige um programa de *hedge* mínimo que considera:

- i) proteção contra flutuações da taxa Libor por um período mínimo de 5 anos; e
- ii) proteção contra flutuações cambiais do fluxo de pagamentos de juros e principal por um período mínimo de 24 meses.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária das ações da concessionária;
- Cessão fiduciária de direitos e de créditos;
- Cessão condicional de contrato;
- Assunção condicional temporária (*step-in rights*);
- Suporte dos acionistas para determinados eventos;
- Manter em conta reserva para Operação e Manutenção o equivalente a 25% do valor estimado de gastos operacionais ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 7.767 (R\$ 7.767 em 30 de junho de 2010);
- Manter em conta reserva do Serviço da dívida o equivalente a 6 meses do valor do serviço da dívida a vencer ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 20.705 (R\$ 20.705 em 30 de junho de 2010);
- A concessionária está impedida de realizar qualquer pagamento restrito (o qual inclui distribuição de dividendos aos acionistas) caso o ICSD seja inferior a 1,25.

ICSD = (Geração de Caixa Líquida / Serviço da Dívida Sênior), ambos definidos no contrato de financiamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O financiamento permite realavancagem com compartilhamento de garantias caso, após a entrada em operação do Trecho Sul do RodoAnel Mario Covas, o ICSD seja superior a 1,5 e permaneça assim, considerando tal realavancagem. Os recursos da realavancagem deverão ser usados obrigatoriamente para a amortização antecipada das debêntures subordinadas.

1.5 CPC - Renovias

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou novo contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, nos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre dezembro de 2006 e dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante 30 meses do prazo de amortização e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Em 30 de setembro de 2010, o saldo da conta reserva é de R\$ 3.642 (R\$ 3.548 em 30 de junho de 2010);
- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado como ônus fixo da concessão constante do passivo total; e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos demais contratos já firmados após a celebração deste contrato, cujo valor acumulado supere R\$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.6 ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, a controlada em conjunto ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Financiamento BID A (Fase I):
 - Valor: US\$ 69.200 mil;
 - Prazo total: 15 anos;
 - Custo:
 - Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.

- Financiamento BID A (Fase II):
 - Valor: US\$ 59.500 mil;
 - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.

- Financiamento BID B (somente Fase I):
 - Valor: US\$ 240.000 mil;
 - Prazo total: 12 anos;
 - Custo:
 - Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

- Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;
- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

A primeira liberação ocorreu em dezembro de 2008 nos valores de US\$ 22.146 mil (BID A) e US\$ 76.828 mil (BID B). A segunda liberação ocorreu julho de 2009 nos valores de US\$ 12.799 mil (BID A) e US\$ 44.402 mil (BID B). A terceira liberação ocorreu em fevereiro de 2010 nos valores de US\$ 16.110 mil (BID A) e US\$ 55.890 mil (BID B). A quarta liberação ocorreu em agosto de 2010 nos valores de US\$ 9.420 mil (BID A) e US\$ 32.680 mil (BID B).

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada em conjunto, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Contratar operação de hedge de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento;
- Contratar operação de hedge de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado hedge de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos);
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;
- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após último desembolso do financiamento da Fase I do Projeto;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a Conclusão do Projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

1.7 NovaDutra

Em 29 de julho de 2009, a CCR transferiu a totalidade de seus direitos e obrigações previstas em Contrato de Mútuo firmado com a controlada em 10 de fevereiro de 2009, para o Itaú BBA S.A. através do Aditamento e Consolidação de Dívida Subordinada, sendo o montante desta Cessão de R\$ 347.354, com vencimento em 30 de dezembro de 2010.

A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias do CDI de um dia, acrescida de 1,80% a.a., sendo a remuneração paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado facultativo.

1.8 Controlar

Em 24 de novembro de 2009, a controlada contratou financiamento com o Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$ 70.000 destinados a; (i) prorrogar vencimento de financiamento de R\$ 35.000 contratado em 2008; e (ii) captar R\$ 35.000 adicionais para a expansão de suas atividades, tendo o valor integral sido liberado até 31 de março de 2010.

A remuneração deste financiamento corresponde à variação acumulada do CDI, acrescida de 1,7% a.a., com amortização do principal e pagamento de juros entre março de 2010 e dezembro de 2013.

As garantias e as principais cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Fiança dos acionistas para 100% do endividamento;
- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Projeto e indenizações devidas pelo Poder Concedente;
- Limitação do endividamento líquido em R\$ 100.000;
- Manutenção do índice endividamento líquido / EBITDA inferior a 3,0, sendo a apuração deste índice realizada semestralmente;
- Restrição de distribuição de dividendos, pela controlada, além do mínimo legalmente permitido, durante o período decorrido entre a assinatura de cada CCB e a data na qual deverá ser paga a primeira parcela de principal; e
- Restrições para modificações da composição dos acionistas da controlada em conjunto sem a prévia anuência do financiador.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.9 FINAMES

Contratados ao longo dos anos de 2006 a 2009, com taxas remuneratórias entre 1,0% a.a. e 4,3% a.a. mais TJLP, nas controladas AutoBAn, RodoNorte, RodoAnel, ViaOeste e NovaDutra, no montante total de R\$ 15.480, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária. A amortização do principal se dará em até 57 parcelas mensais entre novembro de 2006 e julho de 2015. Os juros serão pagos trimestralmente antes e mensalmente durante o período de amortização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Debêntures

Em moeda nacional	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a. a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
						30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
						1.1 Série única	115,50% do CDI	0,0169%	1.645
1.2 Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.601	45	Março de 2011	37.772	38.598	37.772	38.598
1.2 Série única	14,75% a.a.	15,5213% (a)	17.532	15.540	Dezembro de 2018	502.806	484.447	502.806	484.447
1.2 Série 1	112% do CDI	0,7282% (a)	3.550	2.271	Agosto de 2012	454.415	463.523	454.415	463.523
1.2 Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	899	Agosto de 2014	158.345	166.845	158.345	166.844
1.3 Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	261	Abril de 2014	-	-	88.618	84.540
1.3 Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	237	Outubro de 2013	-	-	75.834	106.697
1.3 Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	298	Abril de 2012	-	-	134.722	183.431
1.3 Série única	108% do CDI	0,0176%	662	548	Setembro de 2012	-	-	136.274	132.450
1.4 Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (a)	3.668	1.408	Julho de 2015	-	-	190.373	185.211
1.4 Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.431	1.051	Julho de 2015	-	-	144.530	138.907
1.4 Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.431	988	Janeiro de 2015	-	-	171.474	164.707
1.4 Série única	117% do CDI	0,0111%	1.494	1.246	Dezembro de 2016	-	-	257.100	249.344
1.5 Série 1	117,50% do CDI	0,0136% (a)	188	132	Novembro de 2012	-	-	41.359	40.105
1.5 Série 2	117,50% do CDI	0,0136% (a)	3.577	2.515	Novembro de 2012	-	-	785.807	762.003
1.6 Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (a)	1.212	406	Fevereiro de 2015	-	-	55.594	55.612
Total						1.153.338	1.153.413	3.444.070	3.459.192
Circulante									
Debêntures						66.600	67.455	447.947	363.850
Custos de transação						(2.836)	(2.805)	(6.848)	(6.888)
Total						63.764	64.650	441.099	356.962
Não Circulante									
Debêntures						1.105.493	1.105.386	3.025.446	3.126.415
Custos de transação						(15.919)	(16.623)	(22.475)	(24.185)
Total						1.089.574	1.088.763	3.002.971	3.102.230

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
2011	-	-	112.304	506.153
2012	500.612	505.396	1.592.172	1.340.354
2013	52.441	49.995	307.960	280.250
2014	52.441	49.995	273.937	239.012
Após 2014	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>739.074</u>	<u>760.646</u>
Total	1.105.494	1.105.386	3.025.447	3.126.415

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.1 RodoNorte

Em 15 de abril de 2010, a controlada, através de sua Segunda Emissão, emitiu duzentas mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 115,5% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 15 de novembro de 2012 e 15 de novembro de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, entre 15 de maio de 2011 e 15 de novembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período de cada ano apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - $(\text{Dívida Líquida} + \text{Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas}) / \text{EBITDA}$ menor ou igual a 4,0.
 - Dívida = Soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, as Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, exceto mútuos contraídos com acionistas controladores;
 - Dívida líquida = Dívida subtraída do saldo das seguintes contas do ativo circulante do balanço patrimonial da emissora: (i) caixas e bancos e (ii) aplicações financeiras;
 - EBITDA (lucro antes do imposto de renda e da contribuição social + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses;
 - Serviço da Dívida = Todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o referido período de doze meses.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos Financiadores, exceto as seguintes:
 - Dívidas que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, o quociente obtido entre a divisão (a.i) da soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à da presente Emissão; pelo (a.ii) EBITDA, seja igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros);
 - Financiamentos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, salvo se, quando da contratação do financiamento, (b.i) nenhum outro credor em qualquer outro endividamento da Emissora gozar de garantias reais e (b.ii) seja atendido o índice financeiro “Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,0”.
 - Dívidas com senioridade igual ou inferior à da presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro “Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,0”;
 - Dívida com os acionistas da Emissora, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas) / EBITDA \leq 4,0; e
 - Quaisquer outras dívidas, salvo se aprovadas pela maioria simples dos debenturistas.

1.2 CCR

- Em 1º de março de 2005, a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 105% do CDI a.a., paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão; e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

- Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão da CCR, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 598.156.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 112% do CDI a.a., enquanto que a da segunda série é de 7,5% a.a. mais a atualização do principal baseada no IPCA.

Em 23 e 28 de abril a Companhia contratou operações de Swap para proteção do CDI e IPCA, conforme mencionado na nota explicativa 24.

Os montantes, prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série (R\$ 448.156): prazo de três anos, com amortização em 1º de agosto de 2012 e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de fevereiro de 2010 e 1º de agosto de 2012;
- Segunda série (R\$ 150.000): prazo de cinco anos, com amortizações em 1º de agosto de 2012 (33,34%), 2013 (33,33%) e 2014 (33,33%) e pagamento de juros anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e 1º de agosto de 2014;

As Debêntures de ambas as séries poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é:

- Não manutenção, por dois trimestres consecutivos dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = soma dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de: (i) disponibilidades; e (ii) saldo de Conta Reserva registrada no realizável a longo Prazo;
 - Disponibilidades = (Caixa e Bancos + Aplicações Financeiras + Conta Reserva);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.
- EBITDA/Despesas Financeiras inferior a 2 onde:
 - Despesas financeiras ao longo dos últimos 12 meses, apurados pelo regime competência, excluída as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

1.3 AutoBAn

Em 1º de abril de 2006, a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada na variação acumulada de 103,3% do CDI a.a.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012;
 - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao Agente Fiduciário.

Em 25 de março de 2010, a controlada realizou a 2ª. emissão pública de debêntures, emitindo cento e trinta debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 01 de abril de 2010, no valor total de R\$ 130.000.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 108% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 25 de setembro de 2012;
- Juros: semestralmente, entre 25 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês da data de emissão, ao valor do resgate será acrescido um prêmio de 0,5%.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.4 ViaOeste

Em 1º de julho de 2007, a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 104,5% do CDI a.a., enquanto que as da segunda e da terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas; (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação; e (b) seja observado o limite estabelecido no item "a", parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures + outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada realizou a 2ª. emissão pública de debêntures, emitindo duzentas e cinquenta debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, da segunda emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com valor nominal total da emissão de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 23 de dezembro de 2009.

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 117% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e 22 de dezembro de 2016;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias de 22 de dezembro e de junho de cada ano até a data de vencimento, iniciadas em 22 de junho de 2010.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.5 RodoAnel

Em 9 de outubro de 2009, a controlada realizou a 1ª. emissão pública de debêntures, emitindo vinte debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em duas séries, sendo a primeira de uma debênture e a segunda de dezenove debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas em 09 de outubro de 2009. As debêntures da 1ª série e as debêntures da 2ª série serão garantidas, respectivamente, por fianças prestadas pela Encalso e pela CCR.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada de 117,5% do CDI a.a. e as parcelas de juros serão pagas nas seguintes datas: 15 de maio de 2011, 15 de novembro de 2011, 15 de maio de 2012 e 15 de novembro de 2012, esta última correspondente à data de vencimento, quando será devida a última parcela de juros e a totalidade do valor do principal.

1.6 CPC – Renovias

Em 01 de fevereiro de 2010, a controlada em conjunto realizou a 1ª. emissão pública de debêntures, emitindo cento e quarenta debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo o valor total de emissão de R\$ 140.000.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,90% a.a. com seu vencimento em 01 de fevereiro de 2015 e os seus juros remuneratórios serão pagos mensalmente no dia 01 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 01 de março de 2010 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 01 de fevereiro de 2012. A debênture pode ser amortizada extraordinariamente a qualquer momento, sendo a amortização extraordinária efetuada no período de carência do principal o valor será acrescido um prêmio de 0,60%.

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é caso a emissora: (i) realize novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja a destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembléia Geral dos Debenturistas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI's.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI's serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI's, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 3.270 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 (R\$ 1.621 no período de nove meses findo 30 de setembro de 2009).

Em 30 de setembro de 2010 o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R\$ 12.617 (R\$ 11.527 em 30 de junho de 2010).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldo Total em 30.06.2010		Saldo Prov. c/ passivo em 30.06.2010		Outorga entre 01.07 e 30.09.2010		Canceladas entre 01.07 e 30.09.2010	
	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09
Plano 1 Programa 2 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa NN (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa 3 (2006)	53.263	60,82	53.263	57,96	-	-	-	-
Plano 2 Programa 4 (2007)	350.528	13,53	350.528	13,53	-	-	-	-
Plano 2 Programa 5 (2008)	336.843	13,91	226.173	13,48	-	-	-	-
Plano 2 Programa 6 (2009)	250.200	13,52	66.080	12,53	-	-	-	-
Custo aquisição UI's	990.834	-	696.044	-	-	-	-	-
Total	15.871	-	11.527	-	-	-	-	-
	Exercícios entre 01.07 e 30.09.2010		Saldo Total em 30.09.2010		Exercícios em 30.06.2011		Saldo Prov. c/ passivo em 30.09.2010	
	Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09
Plano 1 Programa 2 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa NN (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa 3 (2006)	-	-	53.263	60,82	53.263	60,82	53.263	57,96
Plano 2 Programa 4 (2007)	-	-	350.528	13,53	224.708	13,40	350.528	13,53
Plano 2 Programa 5 (2008)	-	-	336.843	13,91	112.281	11,26	281.508	14,10
Plano 2 Programa 6 (2009)	-	-	250.200	13,52	3.383	-	75.937	13,12
Custo aquisição UI	-	-	990.834	-	(180)	-	-	-
Total	-	-	15.871	-	15.871	-	761.236	-
	Exercícios entre 01.07 e 30.09.2010		Saldo Total em 30.09.2010		Exercícios em 30.06.2011		Saldo Prov. c/ passivo em 30.09.2010	
	Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09
Plano 1 Programa 2 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa NN (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa 3 (2006)	-	-	53.263	60,82	3.239	3,240	53.263	57,96
Plano 2 Programa 4 (2007)	-	-	350.528	13,53	4.745	3,011	350.528	13,53
Plano 2 Programa 5 (2008)	-	-	336.843	13,91	4.684	1,265	281.508	14,10
Plano 2 Programa 6 (2009)	-	-	250.200	13,52	3.383	-	75.937	13,12
Custo aquisição UI	-	-	990.834	-	(180)	-	-	-
Total	-	-	15.871	-	15.871	-	761.236	-

VJUMP (R\$) = Valor Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Unitário em Reais

Totais em milhares

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R\$ 131,77 para os programas do Plano 1 e R\$ 35,85 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, de acordo com os critérios mencionados acima, com atualizações futuras estimadas.	Para os programas 2 e NN1, R\$ 56,24 para 2010
		Para o programa 3, R\$ 75,59 para 2010, R\$ 77,65 para 2011
		Para o programa 4, R\$ 25,92 para 2010, R\$ 26,63 para 2011 e R\$ 27,98 para 2012
		Para o programa 5, R\$ 31,17 para 2011, R\$ 32,75 para 2012 e R\$ 34,85 para 2013
		Para o programa 6, R\$ 32,51 para 2012, R\$ 45,84 para 2013 e R\$ 44,66 para 2014
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2010 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta informação trimestral.	2,61% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta informação trimestral.	4,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta informação trimestral da Selic para os períodos em análise.	8,75% (2010), 8,19% (2011), 8,96% (2012), 8,08% (2013) e 7,75% (2014)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	55,59% no primeiro ano e 47,28% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

a. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Circulante				
ISS	148	43	20.830	17.827
COFINS	482	216	18.704	17.720
PIS, COFINS e CSLL retidos	-	-	2.848	2.692
INSS retido	8	2	3.383	3.015
IRRF	-	-	7.551	3.370
PIS	105	47	2.672	2.459
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	74	29	356	456
Total circulante	817	337	56.344	47.539

b. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	33.168	31.979
PIS e COFINS	13	13	8.706	10.996
ISS	-	-	4.290	3.946
INSS	-	-	701	678
IRRF	-	-	33	32
Total circulante	13	13	46.898	47.631
Não circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	430.680	420.715
PIS e COFINS	186	182	4.060	5.190
INSS	-	-	6.296	6.149
ISS	-	-	199	497
IRRF	-	-	375	366
Total não circulante	186	182	441.610	432.917
Total	199	195	488.508	480.548

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 16 de novembro de 2009 o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia e de suas controladas ao programa de redução e parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Entre os passivos tributários incluídos neste programa, foram considerados o Imposto de Renda e a Contribuição Social das controladas AutoBAn e ViaOeste que, entre 1º de julho de 2006 e 30 de outubro de 2009, foram pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e as respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. O passivo incluído no programa refere-se às diferenças temporárias de impostos geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), que foram registradas no período supra citado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia e as controladas AutoBAn, ViaOeste e NovaDutra, e a controlada em conjunto Renovias também apresentavam outros saldos de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, os quais foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos de débitos tributários federais, previsto na Lei nº. 11.941/09. Aguarda-se a homologação pela Receita Federal do Brasil destes pedidos de adesão.

Em 28 de fevereiro de 2010, encerrou-se o prazo legal estabelecido na Portaria Conjunta RFB/PGFN no. 13, de 19 de novembro de 2009, para que as empresas aderentes ao Programa de Parcelamento desistissem dos processos administrativos e judiciais relativos aos débitos objeto de parcelamento. Considerando que a desistência obrigatória dos processos antecedeu a homologação dos débitos parcelados, foi necessária a interpretação de algumas disposições normativas sobre o tema e, considerando a existência de algumas divergências de interpretação entre assessores jurídicos e o fisco, foi necessário complementar, em 2010, a provisão registrada em dezembro de 2009, no montante de R\$ 13.840.

Os tributos que estão aguardando a homologação dos parcelamentos são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
IRPJ e CSLL	-	463.848
PIS e COFINS	199	12.766
INSS	-	6.997
IRRF	-	408
	<u>199</u>	<u>484.019</u>

Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 serão pagos em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	5.139	8.150
Comissões a pagar	-	-	7.850	6.080
Verbas contratuais	-	-	6.103	5.642
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Provisão de custos com AVI	-	-	2.884	3.639
Adiantamento de clientes	-	-	3.619	3.039
Seguros a pagar	-	-	245	2.424
Provisão de seguro civil e operacional	-	-	-	2.326
Outros	<u>105</u>	<u>61</u>	<u>3.569</u>	<u>4.029</u>
	<u>105</u>	<u>61</u>	<u>33.017</u>	<u>38.937</u>
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.113	2.277
Outros	<u>1.376</u>	<u>900</u>	<u>1.376</u>	<u>901</u>
	<u>1.376</u>	<u>900</u>	<u>3.489</u>	<u>3.178</u>

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/09/10	30/06/10
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	-	87
Trabalhistas e previdenciárias	-	331
	-	418
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	9.464	9.025
Trabalhistas e previdenciárias	4.618	2.067
	<u>14.082</u>	<u>11.092</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 109.274, em 30 de setembro de 2010 (R\$ 149.440, em 30 de junho de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAN, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R\$ 93.934 para os processos em andamento (R\$ 95.832 em 30 de junho de 2010).

21 Arrendamento mercantil

a. Operacional - consolidado

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 30/09/10	Pagamentos futuros mínimos 30/06/10
Até um ano	2.249	2.505
Acima de um ano e até cinco anos	261	670

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto operam com 277 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto reconheceram basicamente na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	30/09/10	30/09/09
Despesas com arrendamento mercantil operacional	8.017	5.510

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 14.122 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia, suas controladas e da controlada em conjunto Controlar.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro

	30/09/10		30/06/10	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Móveis e utensílios	-	190	-	200
Máquinas e equipamentos	-	675	-	718
Equipamentos de informática	-	603	-	702
Equipamentos de telefonia	-	7	-	8
Veículos	804	11.537	357	9.200
Softwares	-	11	-	21
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	743	-	774
	804	13.766	357	11.623

Durante o período findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto Controlar reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 352 e R\$ 356 relativos a despesas financeiras e despesas de depreciação, respectivamente.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados, a valor presente da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
Até um ano	261	118	5.506	4.218
Acima de um ano e até cinco anos	420	179	8.544	7.082

(*) Valor presente foi calculado com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 441.396.800 ações ordinárias.

b. Custo de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. O montante desses gastos incorridos até 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 30.154 (R\$ 30.154 em 30 de junho de 2010).

c. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de abril de 2010, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a distribuição complementar de dividendos no montante de R\$ 101.521, correspondente a R\$ 0,23 por ação, relativos aos lucros do exercício de 2009, os quais haviam sido registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2009. Desse montante, foi pago em 4 de maio de 2010 o valor de R\$ 101.518.

Em 17 de setembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 750.375, correspondente a R\$ 1,70 por ação, sendo R\$ 550.375 relativos ao saldo de Reserva de Retenção de Lucros existentes em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 200.000 relativos aos lucros apurados no 1º semestre de 2010, os quais foram disponibilizados em 30 de setembro de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(101.900)	(92.935)	(367.983)	(326.812)
Variação monetária sobre debêntures	(5.375)	(575)	(45.206)	(4.674)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(150.250)	(6.005)
Variação cambial sobre operações com derivativos	-	-	(1.058)	-
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	-	-	(480)	(308)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	(290)	(3.185)	(119)
Perda com operações de derivativos	-	-	(83.789)	(54.572)
Juros sobre impostos parcelados	(13)	-	(28.692)	(2.735)
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(220)	(110)	(3.059)	(528)
Juros e multas sobre obrigações fiscais – Lei 11.941 (a)	-	-	(42.040)	-
IOF	(19)	(726)	(6.982)	(12.869)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(530)</u>	<u>(1.404)</u>	<u>(18.291)</u>	<u>(16.554)</u>
	<u>(108.057)</u>	<u>(96.040)</u>	<u>(751.015)</u>	<u>(425.176)</u>
Receitas financeiras				
Variação monetária sobre debêntures	-	-	1	15.739
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	182.029	76.040
Variação cambial sobre operações com derivativos	-	-	595	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	57.045	23.787	643	171
Ganho com operações de derivativos	834	-	23.023	450
Descontos obtidos	15	1	908	209
Descontos obtidos – Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	28.200	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	103.823	58.240	141.983	86.715
Juros e outras receitas financeiras	<u>5.088</u>	<u>3.806</u>	<u>14.428</u>	<u>7.183</u>
	<u>166.805</u>	<u>85.834</u>	<u>391.810</u>	<u>186.507</u>

(a) Vide nota explicativa 18.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, definidas nas diretrizes de alavancagem e na política de hedge atualmente em vigor. A contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de hedge da Companhia é de proteger o fluxo de caixa do serviço da dívida que irá vencer nos próximos 12 meses. Além da política de hedge utiliza-se também contratos derivativos para fazer proteção à exposição do câmbio ou taxa de juros de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento, na modalidade "Project Finance". A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não usam instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com as captações e com as operações de hedge estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	30/09/10				30/06/10			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	832.670	-	832.670	-	1.545.727	-	1.545.727
Partes relacionadas	-	-	721.515	721.515	-	-	696.624	696.624
Contas a receber com operações de derivativos	4.059	-	-	4.059	-	-	428	428
Passivos								
Debêntures	-	-	(1.153.338)	(1.153.338)	-	-	(1.153.413)	(1.153.413)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(2.481)	(2.481)	-	-	(1.797)	(1.797)
Partes relacionadas	-	-	(29.211)	(29.211)	-	-	(17.024)	(17.024)
Arrendamento mercantil	-	-	(681)	(681)	-	-	(297)	(297)
Contas a pagar com operações de derivativos	(1.459)	-	-	(1.459)	(1.414)	-	-	(1.414)
Total	<u>2.600</u>	<u>832.670</u>	<u>(464.196)</u>	<u>371.074</u>	<u>(1.414)</u>	<u>1.545.727</u>	<u>(475.479)</u>	<u>1.068.834</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

	Consolidado							
	30/09/10				30/06/10			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.184.591	-	1.184.591	-	1.902.458	-	1.902.458
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	34.139	-	34.139	-	53.412	-	53.412
Contas a receber de clientes	-	-	183.268	183.268	-	-	158.638	158.638
Partes relacionadas	-	-	127.131	127.131	-	-	111.895	111.895
Contas a receber com operações de derivativos	33.757	-	-	33.758	10.510	-	-	10.510
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(447.018)	(447.018)	-	-	(412.179)	(412.179)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(67.534)	(67.534)	-	-	(111.611)	(111.611)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(306.222)	(306.222)	-	-	(298.189)	(298.189)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(1.075.302)	(1.075.302)	-	-	(1.092.877)	(1.092.877)
Debêntures	-	-	(3.444.070)	(3.444.070)	-	-	(3.459.192)	(3.459.192)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(330.900)	(330.900)	-	-	(306.716)	(306.716)
Partes relacionadas	-	-	(127.195)	(127.195)	-	-	(127.401)	(127.401)
Arrendamento mercantil	-	-	(14.050)	(14.050)	-	-	(11.300)	(11.300)
Contas a pagar com operações de derivativos	(64.296)	-	-	(64.297)	(17.848)	-	-	(17.848)
Total	<u>(30.539)</u>	<u>1.218.730</u>	<u>(5.501.892)</u>	<u>(4.313.701)</u>	<u>(7.338)</u>	<u>1.955.870</u>	<u>(5.548.932)</u>	<u>(3.600.400)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

- Aplicações financeiras – São definidos como ativos disponíveis para venda. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial que refletem o seu valor de mercado.
- **Contas a receber de clientes, créditos - partes relacionadas, fornecedores, dívidas - partes relacionadas, arrendamento mercantil e outras contas a pagar** – São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.
- **Empréstimos e Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	30/09/10		30/06/10		30/09/10		30/06/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	1.172.093	1.085.307	1.172.841	1.169.939	3.473.093	3.685.567	3.490.265	3.563.152
Empréstimos (*)	-	-	-	-	445.757	516.226	523.790	527.826

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixas até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou à LIBOR – London Interbank Offered Rate. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15, esses financiamentos são relativos a operações de “*Project Finance*” (financiamentos do BNDES e BID), como também a Finames.
- **Derivativos** - A marcação a mercado dos derivativos (swap USD x CDI, swap IPC-A x CDI, NDF e swap de taxa de juros) é calculada levando a valor futuro as pontas ativas e passiva, pela taxa contratual e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado. As taxas de mercado utilizadas são as taxas de mercado para swaps divulgadas pela BM&F Bovespa (cupom cambial limpo, taxas de swap DI x Pré e taxas de swap CDI x IPC-A) e pela Bloomberg / Reuters / Moodys (taxas de swap fluante para fixa em dólares americanos). Para as opções de compra de taxa de juros da controlada em conjunto ViaQuatro o valor justo é calculado utilizando o modelo de Black.

Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações em razão das estimativas e premissas utilizadas no cálculo.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices de inflação, principalmente relacionadas às variações: (1) da LIBOR relativa aos empréstimos denominados em dólares norte-americanos; (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) IGP-M, CDI e IPCA relativo às debêntures; e (4) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI ou a variação da SELIC. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 5, 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<u>Controladas</u>	<u>Índices de atualização (variação)</u>
AutoBAn, ViaOeste e Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

A controlada RodoAnel e a controlada em conjunto ViaQuatro, visando cumprir as exigências contratuais dos contratos de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa 15, e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contrataram operações com derivativos conforme detalhado no quadro “*Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção*” itens 1, 13 e 14.

A Companhia (controladora) também realizou operações com derivativos visando mitigar os riscos de taxas de juros e inflação conforme detalhado no quadro “*Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção*” itens 4 a 8.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras em outras moedas, cuja necessidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos é avaliada permanentemente.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA), equivalentes em 30 de setembro de 2010, a R\$ 1.195.523 (R\$ 1.257.571 em 30 de junho de 2010) (nota explicativa nº. 15). A Companhia e suas controladas contrataram operações com derivativos visando mitigar os riscos de taxas de câmbio conforme detalhado no quadro “*Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção*” itens 2, 3 e 9.

A controlada em conjunto ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EUR) e para proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou derivativos visando mitigar os riscos de taxas de câmbio conforme detalhado no quadro “*Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção*” itens 10 a 12.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

O quadro a seguir apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção.

Contraparte	Data de Início das Operações	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional)		Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado		Resultado Efeito acumulado ganho/ (perda)	
				30/09/10	30/06/10	Mês/Local	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10	30/09/10		30/06/10
OPERAÇÕES EM ABERTO (VALOR JUSTO)													
OPÇÕES DE COMPRA													
ViaQuatro		2/07/2009	1502/2023 ^(a)	9.865	9.865	16.713	17.771	16.978	3.200	16.978	3.200	1.289	(3.848)
Posição ativa			Libor										
Posição passiva			Libor c/ Cap. de 4,5% a.a.										
NDF		2/12/2009	1105/2012 ^(b)	76.145	76.145	129.006	137.639	126.653	152.808				
Posição ativa			USD										
Posição passiva			Taxa Fixa de 1,9144 a 2,1763										
SWAP													
CCR		2/02/2010	1402/2011	7.484	7.484	12.917	13.622	12.911	13.794				
Posição ativa			USD a 2,03% a.a.										
Posição passiva			100 % do CDI										
Citibank		2/30/2010	01/06/2014			41.008	41.001	42.878	53.787	1.023	168	215	1.023
Posição ativa			IPC/A + 7,5% a.a.										
Posição passiva			109,65 % do CDI										
BTG Pactual		2/30/2010	01/06/2014			30.756	30.732	32.159	40.321	772	107	161	772
Posição ativa			IPC/A + 7,5% a.a.										
Posição passiva			109,6 % do CDI										
BTG Pactual		2/30/2010	01/06/2014			20.504	20.471	21.439	26.864	611	82	107	611
Posição ativa			IPC/A + 7,5% a.a.										
Posição passiva			108 % do CDI										
HSBC		2/30/2010	01/06/2014			30.719	30.696	32.122	40.285	736	71	161	736
Posição ativa			IPC/A + 7,5% a.a.										
Posição passiva			109,6 % do CDI										
Merryl Lynch		2/30/2010	01/06/2014			30.756	30.440	32.159	40.028	917	306	917	
Posição ativa			IPC/A + 7,5% a.a.										
Posição passiva			108 % do CDI										
ViaLanes		2/08/2010	1508/2011	40.000		68.384		68.458					
Posição ativa			USD a 2,1310% a.a.										
Posição passiva			103,4% do CDI										
ViaQuatro		2/10/2010	2110/2010	6.832		15.793		15.767					
Posição ativa			EUR a 2,2% a.a.										
Posição passiva			99,5% do CDI										
Banco Bradesco		2/5/2010	2510/2010	2.900		6.727		6.723					
Posição ativa			EUR a 4% a.a.										
Posição passiva			100% do CDI										
Banco Bradesco		2/7/2010	2710/2010	9.570		16.216		16.188					
Posição ativa			USD a 2,1% a.a.										
Posição passiva			100% do CDI										
Redomeel		2/12/2009	1512/2014 ^(c)	500.000	500.000	14.206	5.025	11.142	11.840	12.370	14.991	44.841	16.674
Posição ativa			Libor + Spread de 3,5% a 3,75% a.a.										
Posição passiva			Taxa Fixa de 6,53% a 6,782% a.a.										
ViaQuatro		1/11/2014 ^(d)	1505/2015	453.900	453.900			665.604	845.545		760	1.853	
Posição ativa			Libor + Spread de 3,5% a 3,75% a.a.										
Posição passiva			Taxa Fixa de 8,2618% a 8,5777% a.a.										
TOTAL OPERAÇÕES EM ABERTO				1.106.696	1.067.294	(102.238)	7.888	(30.539)	(3.898)	31.757	18.619	64.286	22.517
OPERAÇÕES LIQUIDADAS (VALOR JUSTO)													
Ponte													
Posição ativa													
Posição passiva													
ViaLanes													
Posição ativa													
Posição passiva													
CCR													
Posição ativa													
Posição passiva													
ViaQuatro													
Posição ativa													
Posição passiva													
Redomeel													
Posição ativa													
Posição passiva													
TOTAL OPERAÇÕES LIQUIDADAS													
TOTAL GERAL													

(a) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., West.B AG, New York Branch, Espirito Santo Investment Pl.L., Societe Generale/Paris.
(b) As opções de compra estão divididas em cinquenta e quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento em agosto de 2009.
(c) Os Swap's estão divididos em dezesseis tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento para novembro de 2010.
(d) A operação não apresenta valor de curva, pois tratam-se de contratos de swap a termo e portanto ainda não se iniciaram efetivamente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram negociados em mercado de balcão.

As operações com derivativos são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo. Por não ter atendido todas as condições para contabilização pelo método de *hedge accounting*, os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registraram resultados com instrumentos financeiros derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2010 e 2009, conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais	(2.007)	-	(20.821)	(54.122)
Riscos de juros	2.839	-	(40.408)	-
Total	832	-	(61.229)	(54.122)

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Os valores abaixo refletem o efeito no resultado do exercício em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros reconhecidos até a data do balanço não sejam protegidas por novos contratos de *hedge* além dos já existentes.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	265.584	Aumento da cotação do USD	-	(66.396)	(132.792)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(66.396)	(132.792)
Fornecedor - USD	Outubro de 2010	16.417	Aumento da cotação do USD	-	(4.054)	(8.108)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2010	(16.417)	Diminuição da cotação do USD	-	4.054	8.108
Fornecedor - EUR	Outubro de 2010	22.140	Aumento da cotação do EUR	-	(3.552)	(11.316)
SWAP EUR x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2010	(22.140)	Diminuição da cotação do EUR	-	3.552	11.316
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
RodoAnel						
Dívida em USD - BID	Novembro de 2024	847.100	Aumento da cotação do USD	-	(211.775)	(423.550)
NDF	Maio de 2012	(129.005)	Diminuição da cotação do USD	-	5.687	37.938
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(206.088)	(385.612)
ViaLagos						
CCB em USD	Agosto de 2011	68.341	Aumento da cotação do USD	-	(17.085)	(34.170)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2011	(68.341)	Diminuição da cotação do USD	-	17.085	34.170
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
CCR						
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2011	(12.833)	Diminuição da cotação do USD	-	3.208	6.417
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	3.208	6.417
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	(269.276)	(511.987)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Metodologia de cálculo empregada nos cenários:

- Dívidas e Financiamentos não atrelados a derivativos

Para as dívidas não atreladas a operações de hedge foi estabelecido o dólar (Ptax 800, venda) de 30 de setembro de 2010, cuja taxa é de R\$ 1,6942, como base do cenário provável. Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, a taxa do dólar acima foi aumentada em 25% e 50%, sendo os valores obtidos de R\$ 2,1178 e R\$ 2,5413, respectivamente. Os valores demonstrados nos cenários A e B correspondem à variação das taxas de câmbio entre o cenário provável e os outros cenários, aplicada aos saldos de balanço das exposições na data dessas informações trimestrais.

- Dívidas e financiamentos atrelados a derivativos

NDF (Non deliverable forward): Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais. Como os valores já estão registrados nas informações trimestrais, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Para os cenários A e B, a taxa de R\$ 1,6942, utilizada no cenário provável, foi adicionada em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa do cenário provável e as taxas consideradas para os cenários A e B, quais sejam R\$ 2,1178 e R\$ 2,5413, aplicadas sobre o valor de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Empresa	Datas de vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil
RodoAnel	Novembro/2010	28.613
RodoAnel	Maio/2011	30.730
RodoAnel	Novembro/2011	30.816
RodoAnel	Maio/2012	38.847

Swap: Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais (R\$ x USD = 1,6942, R\$ x EUR = 2,3104). Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, as taxas definidas no cenário provável foram acrescidas em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa de câmbio do cenário provável e as dos outros cenários, aplicadas sobre os valores de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura e as taxas utilizadas em cada cenário:

Empresa	Data de vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil	Moeda	Taxas Cenário A	Taxas Cenário B
ViaLagos	Agosto/2011	68.384	USD	2,1178	2,5413
ViaQuatro	Outubro/2010	16.216	USD	2,1178	2,5413
	Outubro/2010	22.520	EUR	2,8880	3,4656
CCR	Fevereiro/2011	12.833	USD	2,1178	2,5413

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos no quadro abaixo, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos / financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 30 de setembro de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data destas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros							
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Fevereiro de 2023	ViaQuatro	265.584	(6.542)	(6.854)	(7.165)
Hedge (opções) de taxa de juros ⁽⁷⁾		Fevereiro de 2023	ViaQuatro		-	-	-
Efeito líquido					(6.542)	(6.854)	(7.165)
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Novembro de 2024	RodoAnel	847.100	(35.321)	(37.108)	(37.307)
Hedge (Swap) de taxa de juros ⁽⁵⁾	Diminuição da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Novembro de 2014	RodoAnel	(847.100)	35.321	37.108	37.307
Efeito líquido					-	-	-
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	159.245	(19.996)	(22.010)	(24.023)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	(159.245)	19.996	22.010	24.023
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	CCR	159.245	(18.609)	(23.289)	(27.979)
Efeito líquido					(18.609)	(23.289)	(27.979)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	AutoBAn	164.950	(31.724)	(35.302)	(38.849)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015	ViaOeste	318.044	(50.773)	(57.423)	(64.074)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2012	AutoBAn	271.842	(30.566)	(38.234)	(45.912)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016	ViaOeste	450.128	(53.663)	(67.178)	(80.731)
Debêntures	Aumento do CDI	Agosto de 2012	CCR	494.502	(58.826)	(73.637)	(88.487)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2012	Renovias	56.000	(7.118)	(8.632)	(10.146)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2012	RodoAnel	788.322	(104.380)	(130.756)	(157.240)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	RodoNorte	210.525	(26.004)	(32.567)	(39.154)
CCB	Aumento do CDI	Dezembro de 2010	NovaDutra	393.115	(49.536)	(60.151)	(70.766)
CCB	Aumento do CDI	Dezembro de 2014	Controlar	30.052	(3.754)	(4.564)	(5.375)
CCB	Aumento do CDI	Julho de 2011	Ponte	22.590	(2.675)	(3.349)	(4.024)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2011	CCR	14.370	(551)	(683)	(814)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2011	ViaLagos	71.064	(6.740)	(8.415)	(10.085)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2010	ViaQuatro	16.417	(119)	(147)	(174)
Swap EUR x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2010	ViaQuatro	22.140	(129)	(160)	(190)
Total do efeito de ganho ou (perda)					(451.709)	(551.341)	(651.165)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:							
	CDI ⁽²⁾				10,61%	13,26%	15,92%
	IGP-M ⁽³⁾				7,77%	9,72%	11,66%
	IPC-A ⁽⁴⁾				4,70%	5,88%	7,06%
	LIBOR 6 meses ⁽⁵⁾				0,46%	0,58%	0,69%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 30/09/2010, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(4) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(5) Refere-se as taxas libor de 6 meses, divulgados pela BBA (British Bankers Association) em 30/09/2010.

(6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2010 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

(7) Existe contratos de opção (cap) para proteger o aumento da Libor de 6 meses, cujo preço de exercício é 4,5% a.a. As opções de compra somente geram efeitos se a Libor estiver acima do preço de exercício.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Os valores demonstrados no quadro acima refletem o efeito no resultado em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros vincendas não sejam protegidas por novos contratos de *hedge* além dos já existentes.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – de R\$ 15.000 a R\$ 75.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – de R\$ 11.313 a R\$ 195.000
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R\$ 566 a R\$ 123.718
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – de R\$ 15.000 a R\$ 500.000;
- Perda de Receita – de R\$ 15.000 a R\$ 120.000.

26 Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

As controladas RodoAnel e AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias mantinham aplicações financeiras em conta reserva, no montante de R\$ 34.047 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 53.320 em 30 de junho de 2010), para garantia dos financiamentos contratados junto ao BNDES, as quais serão liberadas quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº.15).

A controlada ViaOeste mantinha conta poupança, no montante de R\$ 92 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 92 em 30 de junho de 2010), para garantia da realização de compensação ambiental.

Os montantes classificados no circulante totalizam R\$ 32.590 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 51.901 em 30 de junho de 2010) e no não circulante R\$ 1.549 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 1.511 em 30 de junho de 2010).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/10	30/06/10	30/09/10	30/06/10
AutoBAn	1.746.942	1.752.692	1.457.225	1.453.687
ViaOeste	354.247	351.691	296.061	292.808
Renovias (*)	145.132	169.870	110.270	161.377
	<u>2.246.321</u>	<u>2.274.253</u>	<u>1.863.556</u>	<u>1.907.872</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro 2010, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2010	78.815	78.087
2011	291.168	286.973
2012	291.168	272.117
2013	291.168	258.096
Após 2013 até 2018	1.294.002	968.283
Total	<u>2.246.321</u>	<u>1.863.556</u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 535.605 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 917.042 no período de nove meses de 2009).

A controlada AutoBAn reteve 11 (onze) parcelas de ônus fixo relativas ao período de novembro de 2009 a setembro de 2010, autorizada, nos termos da proposição da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) pela Secretaria de Transportes do Estado, no mês de novembro de 2009, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela controlada. Esse compromisso, em 30 de setembro de 2010, corresponde a R\$ 94.065 (R\$ 73.439 em 30 de junho de 2010).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo em 30 de setembro de 2010, era de R\$ 28.184 (R\$ 28.838 em 30 de junho de 2010).

No decorrer do período de nove meses foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 38.506 referente ao direito de outorga variável (R\$ 40.302 no período de nove meses de 2009).

A controlada AutoBAn reteve 06 (seis) parcelas de ônus variável no montante de R\$ 18.854 relativas ao período de novembro de 2009 a abril de 2010, autorizada nos termos da proposição da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) pela Secretaria de Transportes do Estado, no mês de novembro de 2009, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela controlada.

b. Compromissos relativos às concessões (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas e controladas em conjunto assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 30 de setembro de 2010, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.817.288 (R\$ 5.881.562 em 30 de junho de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/10	30/06/10
RodoNorte	1.193.973	1.224.096
ViaQuatro (*)	1.514.545	1.494.795
AutoBAn	1.107.786	1.129.150
ViaOeste	517.181	557.691
NovaDutra	782.587	774.950
RodoAnel	316.493	307.650
Renovias (*)	318.603	329.214
Ponte	52.620	52.483
ViaLagos	13.500	11.533
	<u>5.817.288</u>	<u>5.881.562</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				30/09/10	30/06/10
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	(12.446)	9.623	9.815
Terraplanagem	5,56	130.233	(89.893)	40.340	42.149
Pavimentação	14,29	197.770	(197.770)	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	(39.924)	-	-
Obras de arte especiais	8,33	255.934	(255.934)	-	-
Sinalização e segurança	25	15.328	(15.328)	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	(5.609)	1.619	1.731
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	(8.673)	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	(9.500)	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	3.637.413	(1.008.266)	2.629.147	2.658.497
		<u>4.324.072</u>	<u>(1.643.343)</u>	<u>2.680.729</u>	<u>2.712.192</u>

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAN, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº 9.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Obras a executar - ViaOeste

	30/09/10	30/06/10
Não circulante	<u>9.433</u>	<u>9.171</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada voltou a depositar o ônus fixo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 Demonstração do Valor Adicionado

a. Demonstração do Valor Adicionado - Controladora

	2010		2009	
	3º Trimestre	Nove meses	3º Trimestre	Nove meses
Receitas				
Serviços prestados	20.768	46.586	16.924	50.860
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(142)	(6.397)	(4.595)	(14.205)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.003)	(20.380)	(4.813)	(16.182)
Valor adicionado bruto	11.623	19.809	7.516	20.473
Depreciação e amortização	(2.203)	(5.766)	(1.797)	(5.399)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	9.420	14.043	5.719	15.074
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	218.155	512.914	202.851	564.687
Receitas financeiras	67.837	166.704	26.855	85.834
Valor adicionado total a distribuir	295.412	693.661	235.425	665.595
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	10.830	33.610	9.968	32.332
Benefícios	911	3.713	1.866	4.927
FGTS	422	1.176	425	1.277
Outras	112	217	74	267
Tributos				
Federais	8.222	13.810	2.764	6.985
Estaduais	-	9	-	-
Municipais	631	929	54	273
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	34.598	107.757	34.736	95.086
Aluguéis	676	1.701	537	1.599
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	200.000	200.000	337.848	337.848
Lucros retidos do período	39.010	330.739	(152.847)	185.001
Valor adicionado distribuído total	295.412	693.661	235.425	665.595

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Demonstração do Valor Adicionado - Consolidado

	2010		2009	
	3º Trimestre	Nove meses	3º Trimestre	Nove meses
Receitas				
Serviços prestados	1.080.942	2.993.028	875.277	2.460.617
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(146.896)	(407.314)	(105.667)	(317.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(76.646)	(170.001)	(41.780)	(111.848)
Valor adicionado bruto	<u>857.400</u>	<u>2.415.713</u>	<u>727.830</u>	<u>2.031.363</u>
Depreciação e amortização	(128.330)	(363.687)	(103.843)	(305.638)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>729.070</u>	<u>2.052.026</u>	<u>623.987</u>	<u>1.725.725</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Receitas financeiras	117.577	378.029	49.875	186.507
Valor adicionado total a distribuir	<u>846.647</u>	<u>2.430.055</u>	<u>673.862</u>	<u>1.912.232</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	58.742	174.604	47.533	146.128
Benefícios	13.890	39.292	11.381	32.607
FGTS	3.227	9.322	2.628	7.910
Outras	1.145	3.157	840	2.219
Tributos				
Federais	201.443	537.196	171.410	465.879
Estaduais	16	406	6	396
Municipais	58.447	154.976	44.677	112.753
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	181.783	727.569	134.405	409.427
Aluguéis	5.794	16.497	4.014	11.783
Outorga	80.259	231.689	70.483	195.426
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	200.000	200.000	337.848	337.848
Lucros retidos do período	39.010	330.739	(152.847)	185.001
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	2.891	4.608	1.484	4.855
Valor adicionado distribuído total	<u>846.647</u>	<u>2.430.055</u>	<u>673.862</u>	<u>1.912.232</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 Eventos subsequentes

Conclusão da aquisição direta e indireta da Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Em 22 de outubro de 2010 finalizaram-se as etapas previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado em 3 de agosto de 2010 e no Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças celebrado em 25 de agosto de 2010, passando a controlada Companhia de Participações em Concessões a deter, direta e indiretamente, a totalidade das ações do capital social da Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("Rodovias"), através da aquisição de 100,00% das ações e quotas das sociedades Holding G4 Participações SPE Ltda, Vialco Concessões Rodoviárias SPE Ltda, Latinoamericana de Rodovias Participações e Empreendimentos S.A e Multivias Participações S.A., detentoras de 81,44% do capital social da Rodovias e aquisição direta de 18,56% do capital social da Rodovias. O investimento nos referidos Contratos foi de R\$1.335.847.

Emissão de Debêntures pela controlada Companhia de Participações em Concessões

Em 28 de setembro de 2010 a controlada Companhia de Participações em Concessões emitiu debêntures simples, com prazo de subscrição e integralização de até 10 dias da data de emissão, não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 800.000, da espécie subordinada com garantia adicional, através de esforços restritos de colocação (Instrução CVM 476). Os recursos captados serão destinados à aquisição da Rodovias Integradas do Oeste S.A.

O vencimento final das debêntures ocorrerá em 28 de setembro de 2011 e elas farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 116,50% das taxas médias diárias das Taxas DI de um dia. O juros serão pagos em parcela única na data do vencimento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infraestrutura no país e no exterior. Atualmente, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias, concessão metroviária e de inspeção veicular, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 3º Trimestre de 2010

São Paulo, 11 de Novembro de 2010 – A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 3º trimestre do ano de 2010.

Os resultados da concessionária Controlar passaram a ser incluídos na CCR a partir 13 de agosto de 2009. A partir de janeiro de 2009, os custos da concessionária ViaQuatro anteriormente registrados como ativo diferido, passaram a transitar na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) em decorrência da adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As informações financeiras desconsiderando esses efeitos são referidas nesse documento pelo termo “Excluindo-se ViaQuatro e Controlar ” e os resultados apresentados são Pro Forma.

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Apresentação dos Resultados

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicados de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 18 de fevereiro de 2010.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as informações trimestrais de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. As principais alterações contábeis a serem introduzidas no exercício de 2010, estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T09 e 9M09.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Principais Destaques

- Os resultados da Companhia incorporam os efeitos da Controlar e ViaQuatro, projetos que se encontram em fase de *ramp up*.
- A Receita Líquida alcançou R\$ 978,4 milhões (+23,0%) no 3T10; em relação aos 9M09 a Receita Líquida foi R\$ 2.715,4 milhões, uma expansão de 20,8%.
- O EBIT atingiu R\$ 454,3 milhões (+13,4%) no 3T10 e nos 9M10 R\$ 1.274,9 milhões (+16,1%). A margem EBIT alcançou 46,4% (-4,0 p.p.) no 3T10, e 47,0% (-1,9 p.p.) nos 9M10.
- O EBITDA atingiu R\$ 603,4 milhões (+16,3%) no 3T10 e R\$ 1.698,2 milhões (+17,9%) nos 9M10; a margem EBITDA alcançou 61,7% (-3,5 p.p.) no 3T10 e 62,5% (-1,6 p.p.) nos 9M10.
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 239,0 milhões (29,2%) no 3T10 e R\$ 530,7 milhões (1,5%) nos 9M10. Com o registro do ativo fiscal diferido do RodoAnel, o Lucro Líquido pro forma do 3T10 seria de R\$ 240,3 milhões e, excluindo-se o resultado não recorrente reportado no 1T10, o Lucro Líquido pro forma nos 9M10 seria de R\$ 591,6 milhões.
- O tráfego cresceu 25,9% no 3T10 e 22,7% nos 9M10. *Comparando-se a mesma base de tráfego registramos um crescimento de 15,0% e 12,6% respectivamente.*
- O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 39,7%, em relação ao mês de setembro de 2009, atingindo 2.340 mil tag's ativos.
- Em 30 de setembro de 2010, a CCR realizou pagamento de dividendos de R\$ 1,70 por ação, totalizando R\$ 750,4 milhões. Considerando-se os dividendos complementares relativos ao ano de 2009 que foram distribuídos no dia 5 de maio de 2010, no valor de R\$ 0,23 por ação, os dividendos pagos (caixa) totalizaram R\$ 1,93 por ação no ano de 2010.

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Receita Líquida	795,2	978,4	23,0%	2.248,0	2.715,4	20,8%
EBIT	400,8	454,3	13,4%	1.098,5	1.274,9	16,1%
Mg. EBIT	50,4%	46,4%	-4,0 p.p.	48,9%	47,0%	-1,9 p.p.
EBITDA	518,7	603,4	16,3%	1.440,1	1.698,2	17,9%
Mg. EBITDA	65,2%	61,7%	-3,5 p.p.	64,1%	62,5%	-1,6 p.p.
Lucro Líquido	185,0	239,0	29,2%	522,8	530,7	1,5%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	2,1x	1,9x	-	2,1x	1,9x	-
EBITDA / CAPEX	1,6x	1,4x	-	2,1x	1,7x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	4,0x	3,8x	-	4,3x	4,1x	-

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: “É com satisfação que mais uma vez divulgamos aos nossos acionistas, ao mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado, os resultados conquistados pela CCR no terceiro trimestre de 2010.

O desempenho da economia brasileira segue suportando os resultados apresentados pela CCR. Destacamos o forte crescimento de tráfego consolidado que, em bases comparáveis a igual período do ano anterior, apresentou um crescimento de 15,0% no terceiro trimestre de 2010.

Esse desempenho permitiu à CCR seguir com seu compromisso de distribuição de dividendos para os acionistas, com a distribuição de dividendos intermediários de R\$1,70 por ação, totalizando R\$ 750,4 milhões, que ocorreu em setembro último.

Ainda, como fato subsequente, devemos ressaltar a conclusão da aquisição da Rodovias Integradas do Oeste S.A. no último dia 22 de Outubro, confirmando o acerto da estratégia de expansão dos negócios do Grupo CCR, por meio de aquisições, licitações federais e estaduais e negócios correlatos.

Finalmente, seguimos confiantes nas perspectivas futuras, face ao cenário econômico positivo para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e à expectativa de novas oportunidades de crescimento em função da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), sempre priorizando a disciplina de capital e consequentemente a criação de valor para a Companhia e seus acionistas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país.”

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Bruta

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
AutoBAn	307.115	368.878	20,1%	846.501	1.006.102	18,9%
NovaDutra	199.384	234.076	17,4%	569.450	654.729	15,0%
RodoNorte	84.392	107.149	27,0%	254.595	304.019	19,4%
Ponte	28.413	31.247	10,0%	80.647	86.975	7,8%
ViaLagos	13.964	15.806	13,2%	45.954	51.034	11,1%
ViaOeste	137.420	174.437	26,9%	388.169	483.920	24,7%
Renovias	24.259	27.644	14,0%	66.884	76.256	14,0%
RodoAnel	32.688	41.605	27,3%	87.381	110.811	26,8%
Total	827.634	1.000.842	20,9%	2.339.581	2.773.846	18,6%
Total sem ViaOeste	690.215	826.405	19,7%	1.951.412	2.289.926	17,3%
% Receitas Totais	94,6%	92,6%		95,1%	92,7%	
Receitas Acessórias	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Total	17.049	18.792	10,2%	49.123	55.604	13,2%
% Receitas Totais	1,9%	1,7%		2,0%	2,0%	
Outras Receitas	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
ViaQuatro	-	590	-	-	9.313	-
Controlar	6.665	27.354	-	6.665	61.994	830,1%
STP	23.930	33.364	39,4%	65.248	92.271	41,4%
Total	30.594	61.308	100,4%	71.913	163.579	127,5%
% Receitas Totais	3,5%	5,7%		2,9%	5,5%	
Total da Receita Bruta	875.277	1.080.942	23,5%	2.460.617	2.993.028	21,6%

A contabilização da concessionária Renovias e Controlar se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40% e 45%, respectivamente, refletindo a participação da CCR nas concessionárias. Vale destacar que a contabilização da Controlar ocorreu a partir do dia 13 de agosto de 2009. Na STP e ViaQuatro, onde a CCR possui participação de 38,25% e 58,0%, respectivamente, também é realizada contabilização proporcional. Em todas as outras concessionárias em operação a CCR reporta 100% da receita.

Os meios eletrônicos na arrecadação de pedágio na CCR apresentaram um crescimento de 35,0% no 3T10 e 32,9% nos 9M10, em comparação ao mesmo período do ano anterior. A participação dos meios eletrônicos na arrecadação de pedágio atingiu 59,7% nos 9M10.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada cresceu 23,0% no 3T10 e 20,8% nos 9M10, em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 978,4 milhões e R\$ 2.715,4 milhões respectivamente.

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 28,0% no 3T10 e 30,6% nos 9M10, comparadas ao 3T09 e 9M09, representando, respectivamente, 9,5% e 9,3% da Receita Bruta.

Tráfego

Desempenho das Concessionárias	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹						
AutoBAn	54.667.836	63.102.506	15,4%	154.056.564	176.212.749	14,4%
NovaDutra	32.188.272	35.485.587	10,2%	94.041.042	101.436.187	7,9%
RodoNorte	14.481.073	18.192.589	25,6%	43.549.237	51.458.513	18,2%
Ponte	7.224.789	7.440.527	3,0%	20.970.553	21.372.498	1,9%
ViaLagos	1.282.425	1.396.355	8,9%	4.326.369	4.576.041	5,8%
ViaOeste	15.965.190	28.081.576	75,9%	46.569.939	78.547.506	68,7%
Renovias ²	4.519.107	4.930.034	9,1%	12.688.492	13.877.236	9,4%
RodoAnel	25.144.234	30.818.359	22,6%	70.722.322	84.053.944	18,9%
Consolidado³	178.662.902	224.969.634	25,9%	514.465.009	631.454.678	22,7%
Consolidado Base Comparável	146.732.522	168.806.483	15,0%	421.325.130	474.359.667	12,6%
Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)⁴						
AutoBAn	5,62	5,85	4,1%	5,49	5,71	4,0%
NovaDutra	6,19	6,60	6,6%	6,06	6,45	6,4%
RodoNorte	5,83	5,89	1,0%	5,85	5,91	1,0%
Ponte	3,93	4,20	6,9%	3,85	4,07	5,7%
ViaLagos	10,89	11,32	3,9%	10,62	11,15	5,0%
ViaOeste	8,61	6,21	-27,9%	8,34	6,16	-26,1%
Renovias	5,37	5,61	4,5%	5,27	5,50	4,4%
RodoAnel	1,30	1,35	3,8%	1,24	1,32	6,5%
Consolidado⁵	4,63	4,45	-3,9%	4,55	4,39	-3,5%
Consolidado Base Comparável	4,70	4,90	4,2%	4,63	4,83	4,3%

- 1- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.
- 2- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.
- 3- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.
- 4- O % do aumento de tráfego foi maior do que o registrado na receita de pedágio devido a modificação do sistema de arrecadação na ViaOeste.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Efeito Calendário

Para melhor compreensão dos crescimentos apresentados nos tráfegos das concessionárias do Grupo CCR é realizada uma análise onde se considera o efeito atribuído ao calendário. Avalia-se o crescimento em relação aos mesmos períodos do ano anterior (mês, trimestre, ano) expurgando-se o impacto provocado pelo diferente número de dias úteis, finais de semana ou feriados, em cada categoria de tráfego analisada. A metodologia consiste em normatizar os dias afetados pelos feriados e também transformar o período em questão no mesmo número de dias úteis e finais de semana que existe na base de comparação.

Tráfego Consolidado Excluindo ViaOeste (+15,0%)

O impacto do efeito calendário no 3T10 foi de +0,7%. Em 2010 tivemos o mesmo número de dias úteis, sábados e domingos do 3T09. Com relação aos feriados, em 2009, o feriado da Revolução Constitucionalista – 09 de Julho só no estado de São Paulo – ocorreu numa 5ª feira configurando um feriado prolongado com emenda e, em 2010, ocorreu numa 6ª feira. O feriado da Independência, 7 de Setembro, ocorreu numa 2ª feira e, em 2010, numa 3ª feira.

O crescimento atribuído à atividade econômica e outros fatores foi da ordem de +14,3%.

Veículos de Passeio (+7,2%)

O tráfego de veículos de passeio cresceu +7,2% em relação ao 3T09, resultado da contribuição do crescimento vegetativo de +6,7% e do efeito calendário de +0,5%. Esse impacto positivo do calendário é devido à posição dos feriados de 9 de Julho e 7 de Setembro neste ano que foram favoráveis para os veículos de passeio.

Veículos Comerciais (+21,2%)

O tráfego de veículos comerciais cresceu +21,2% em relação ao 3T09, resultado da contribuição do crescimento vegetativo de +20,2% e do efeito calendário de +1,0%.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tráfego das Concessionárias - Composição do Mix

Veículos Equivalentes	3T10	
	Leves	Comerciais
AutoBAn	42,7%	57,3%
NovaDutra	27,2%	72,8%
Rodonorte	20,3%	79,7%
Ponte	81,6%	18,4%
ViaLagos	76,8%	23,2%
ViaOeste	52,9%	47,1%
Renovias	50,4%	49,6%
RodoAnel	51,1%	48,9%
Consolidado CCR	45,3%	54,7%
Consolidado CCR sem ViaOeste	42,8%	57,2%

Tráfego das Concessionárias - Análise de Drivers do 3T10 versus 3T09

Concessionária	Veículos Leves			Veículos Comerciais		
	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total
AutoBAn	0,3%	10,4%	10,7%	0,0%	19,2%	19,2%
NovaDutra	0,2%	7,1%	7,3%	0,0%	11,4%	11,4%
ViaOeste	-0,7%	81,9%	81,2%	0,4%	69,8%	70,2%
RodoNorte	-0,4%	12,2%	11,8%	0,4%	29,3%	29,7%
ViaLagos	-1,0%	7,9%	6,9%	0,1%	15,8%	15,9%
Ponte	-0,2%	2,6%	2,4%	0,0%	5,8%	5,8%
Renovias	-0,2%	7,9%	7,7%	1,6%	8,9%	10,5%
RodoAnel	0,8%	3,3%	4,1%	1,2%	49,2%	50,4%

Destacamos abaixo as principais variações do 3T10 em relação ao mesmo período do ano anterior:

“Atividade Econômica e Outros Fatores”: Exportações de açúcar e milho bateram recordes no trimestre. Produção de veículos de passeio, mesmo sem o incentivo de isenção de IPI cresceu +8,2% em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

ViaOeste – Em 17 de Janeiro de 2010, iniciou-se a cobrança nas praças de pedágio de Osasco e Barueri. Com a modificação do sistema de arrecadação todo o tráfego que utiliza as pistas centrais e as marginais da Castello Branco é pedagiado. O crescimento total do tráfego no 3T10 foi de 75,9% em relação ao 3T09 (passeio 81,2% e comercial 70,2%).

RodoAnel – Em 1º de Abril de 2010, foi aberto ao tráfego o trecho sul do Rodoanel de São Paulo que, juntamente com a restrição de veículos pesados a partir de agosto na marginal Pinheiros, Av. dos Bandeirantes e Av. Roberto Marinho contribuiu para o incremento no volume de caminhões que trafegam no RodoAnel Oeste. O crescimento de tráfego no 3T10 comparado ao 3T09 foi de +22,6%, sendo +4,1% nos veículos de passeio e +50,4% nos veículos comerciais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Mobilidade Urbana

STP

O sistema "Sem Parar" atingiu 2.340 mil tag's ativos em setembro/10, apresentando uma expansão de 39,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Informações Adicionais

Estados em que está presente:	SP, RJ, MG, PR, SC e RS
Cobertura da malha pedagiada:	92%
Número de estacionamentos em que está presente:	67
Número de transações eletrônicas/mês:	
Concessionárias	43,8 milhões
Estacionamentos	1,6 milhão

Controlar

Em 2009, apenas parte da frota existente em São Paulo tinha obrigação legal de realizar a inspeção, mas a partir de 2010 a inspeção veicular ambiental passou a ser mandatória para toda a frota de veículos registrada na Cidade de São Paulo. Além disso, o prazo para a inspeção em 2009 foi prorrogado para Janeiro/2010 e, portanto durante o primeiro semestre de 2010, a Controlar realizou inspeções relativas ao exercício de 2009 e 2010.

Neste trimestre a Controlar inaugurou o Centro de Inspeção Tatuapé, alcançando 27 centros de inspeção em 16 endereços diferentes. Ressaltamos que não há comparação com o resultado de 9M09 na tabela abaixo devido à consolidação da Controlar ter ocorrido somente no mês de agosto de 2009.

Veículos Inspeccionados				
Exercício	1T10	2T10	3T10	Total
Veículos Leves	256.697	650.669	979.040	1.886.406
Moto	60.484	66.003	85.751	212.238
Total Otto	317.181	716.672	1.064.791	2.098.644
Diesel	12.259	16.674	18.920	47.853
Ônibus	3.051	6.524	7.215	16.790
Caminhões	14.781	6.798	18.568	40.147
Total Diesel	30.091	29.996	44.703	104.790
Total Geral	347.272	746.668	1.109.494	2.203.434

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ViaQuatro

A concessionária é responsável pela operação e manutenção da Linha 4 do metrô da cidade de São Paulo, que ligará a Estação da Luz, no centro da cidade, à Vila Sônia, na Zona Oeste. Com 12,8 quilômetros de extensão, a Linha 4 terá 11 estações que serão entregues à população por etapas.

No dia 25 de maio, as estações Paulista e Faria Lima foram inauguradas em período de teste e somente no dia 21 de junho iniciou-se a operação comercial. Neste primeiro momento, o horário comercial é das 9h às 15h, e este será ampliado de acordo com a inauguração das demais estações referentes à Fase I. Até o início do próximo ano está previsto o lançamento de mais duas estações, Butantã e Pinheiros.

As estações Paulista e Faria Lima, inauguradas recentemente, fazem parte da primeira etapa da Linha 4, que será concluída no primeiro semestre de 2011, quando mais 4 estações estarão em operação. São elas: Butantã, Pinheiros, República e Luz. Até 2014, outras cinco estações estarão em pleno funcionamento: Higienópolis-Mackenzie, Oscar Freire, Fradique Coutinho, São Paulo-Morumbi e Vila Sônia. A estimativa é que aproximadamente um milhão de pessoas utilizará diariamente a Linha 4 quando ela estiver em operação plena (após a segunda fase).

Passageiros Transportados	3T10
Passageiros Integrados	751.240
Passageiros Exclusivos	16.554
Total	767.794
Média Diária	8.346

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos Totais¹

Custos (R\$ MM)	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Custos Totais	394,4	524,0	32,9%	1.149,5	1.440,5	25,3%
Depreciação e Amortização	103,8	128,3	23,6%	305,6	363,7	19,0%
Serviços de Terceiros	93,9	149,6	59,3%	277,1	388,3	40,1%
Custo da Outorga e Despesas Antecipadas	70,5	80,3	13,9%	195,4	231,7	18,6%
Custo com Pessoal	70,8	88,0	24,4%	213,0	257,1	20,7%
Outros	55,5	77,8	40,3%	158,3	199,7	26,1%

Excluindo-se ViaQuatro e Controlar

Custos (R\$ MM)	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Custos Totais	387,1	496,9	28,4%	1.137,6	1.379,2	21,2%
Depreciação e Amortização	103,4	123,5	19,4%	305,2	356,8	16,9%
Serviços de Terceiros	91,1	142,1	56,0%	272,7	367,4	34,7%
Custo da Outorga e Despesas Antecipadas	70,5	80,3	13,9%	195,4	231,7	18,6%
Custo com Pessoal	68,1	79,4	16,6%	208,1	235,5	13,2%
Outros	54,0	71,6	32,6%	156,2	187,9	20,3%

Os Custos Totais cresceram 32,9% no 3T10 e 25,3% nos 9M10, atingindo R\$ 524,0 milhões e R\$ 1.440,5 milhões respectivamente. Excluindo-se ViaQuatro e Controlar, os Custos Totais cresceram 28,4% no 3T10 e 21,2% nos 9M10. Os principais motivos dessas variações no trimestre são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: A majoração relativa às despesas de Depreciação e Amortização refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, conseqüentemente, início da depreciação) e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 45% na Controlar no valor de R\$ 3,9 milhões.

Serviços de Terceiros: Conforme já verificado no 2T10, o aumento deste item deveu-se principalmente ao maior custo com manutenção, operação e conservação na concessionária NovaDutra em função das obrigações contratuais a serem realizadas.

¹ Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custo da Outorga: A variação no Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) ocorreu devido ao aumento na parcela variável, resultado do crescimento da receita, enquanto que a parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/10 nas concessionárias AutoBAN, ViaOeste e Renovias, e ao aumento da amortização relativa à outorga fixa do RodoAnel. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) por concessionária no 3T10 foi: R\$ 44,1 milhões na AutoBAN, R\$ 14,1 milhões na ViaOeste, R\$ 294 mil na ViaLagos, R\$ 2,0 milhões na Renovias e R\$ 19,6 milhões no RodoAnel Oeste.

Custo com Pessoal: O crescimento no Custo com Pessoal deveu-se principalmente ao aumento do quadro de funcionários, distribuídos da seguinte forma: 342 funcionários, em razão do início das operações da Linha 4, 231 funcionários devido à modificação do sistema de arrecadação da ViaOeste e ao dissídio de 4% ocorrido em março/10.

Outros: Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram um crescimento devido aos seguintes fatores: consolidação dos custos da Controlar, maior consumo de material para conservação e manutenção da rodovia e equipamentos na RodoNorte; em relação as concessionárias AutoBan e ViaOeste o crescimento apresentado se deve a maiores custos com ações de publicidade e marketing.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ MM)	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Lucro Líquido	185,0	239,0	29,2%	522,8	530,7	1,5%
(+) Participação dos Minoritários	1,5	2,9	94,8%	4,9	4,6	-5,1%
(+) IR e CS	124,5	146,5	17,6%	332,1	380,4	14,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	89,7	65,9	-26,6%	238,7	359,2	50,5%
(+) Depreciação e Amortização ¹	117,9	149,0	26,4%	341,6	423,3	23,9%
EBITDA	518,7	603,4	16,3%	1.440,1	1.698,2	17,9%
Margem EBITDA	65,2%	61,7%		64,1%	62,5%	

1 - Inclui as despesas antecipadas

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	3T09	3T10	Var %	9M09	9M10	Var %
Resultado Financeiro Líquido	(89,7)	(65,9)	-26,6%	(238,7)	(359,2)	50,5%
Despesas Financeiras:	(139,6)	(198,9)	42,4%	(425,2)	(751,0)	76,6%
- Variação Cambial	(0,5)	(3,0)	n.m.	(6,0)	(151,3)	n.m.
- Perda com Operação de Hedge	(11,1)	(30,6)	n.m.	(54,6)	(83,8)	53,5%
- Variação Monetária	(3,0)	(10,1)	n.m.	(4,7)	(45,2)	n.m.
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(113,0)	(135,1)	19,6%	(326,8)	(368,0)	12,6%
- Outras Despesas Financeiras	(12,0)	(20,1)	67,1%	(33,1)	(102,7)	n.m.
Receitas Financeiras:	49,9	133,0	166,6%	186,5	391,8	110,1%
- Ganho com Operação de Hedge	0,2	2,9	n.m.	0,5	23,0	n.m.
- Variação Cambial	16,1	72,4	n.m.	76,0	182,0	n.m.
- Variação Monetária	5,0	0,4	n.m.	15,7	0,6	n.m.
- Outras (Juros e Rendimentos de Aplicações)	28,6	57,3	n.m.	94,3	186,1	97,4%

A concessionária ViaLagos possui empréstimo em moeda estrangeira, devidamente protegido por contrato de SWAP. Já a concessionária ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EUR), e para a proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operações de SWAP. Os contratos de SWAP em vigor protegem os fluxos de caixa da empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa dos contratos) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva dos contratos). Além do exposto acima, a ViaQuatro contratou derivativo através da aquisição de opções de compra, com o objetivo de proteger-se das variações da Libor, acima de 4,5% a.a., até o final do contrato de financiamento, 2.023. A concessionária RodoAnel possui financiamento em moeda estrangeira, protegidos por contratos de Hedge, de forma que os fluxos de caixa, a vencer nos próximos 24 meses, encontram-se protegidos da variação cambial, enquanto que a taxa de juros (Libor) foi pré-fixada para os próximos 5 anos. Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa nº 24 do 3T10.

A variação cambial da dívida bruta é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período. A apreciação do Real frente ao Dólar foi de 5,9% no trimestre e 2,7% no acumulado do ano. No mesmo período do ano passado, foram registradas apreciações de 8,9% no trimestre e 23,9% nos nove meses de 2009.

O item "Variação Monetária" das "Despesas Financeiras" apresentou um resultado de R\$ 10,1 milhões no trimestre. Tal resultado deveu-se à variação do IGP-M no período (2,08% no 3T10 contra -0,37% no 3T09). Nos 9M10, o resultado negativo foi R\$ 45,2 milhões.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

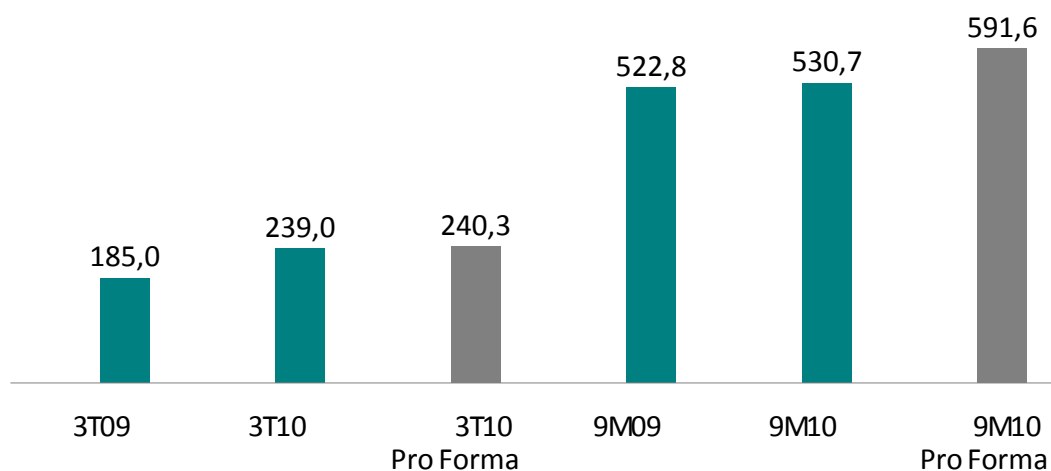
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O aumento do item "Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" das "Despesas Financeiras" deve-se ao maior estoque da dívida em 14,7%, comparado ao 3T09. O acréscimo deste item foi devido à concessionária ViaOeste (Emissão de Debênture em dez/09 no valor de R\$ 250 milhões), financiamento de longo prazo do RodoAnel (R\$ 750 milhões em Outubro/09 e US\$ 500 milhões em Dezembro/09), AutoBAn (Emissão de Debênture em abril/10 no valor de R\$ 130 milhões) e RodoNorte (Emissão de Debênture em maio/10 no valor de R\$ 200 milhões).

O acréscimo no item "Outras Despesas Financeiras" (taxas, tarifas, comissões e outros) deve-se principalmente às provisões dos juros sobre os impostos parcelados na concessionária AutoBAn.

Lucro Líquido

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R\$ 239,0 milhões (+29,2%) no 3T10 e R\$ 530,7 milhões (+1,5%) nos 9M10.



Para a elaboração do Pro Forma 3T10 apresentado acima, registrou-se o ativo fiscal diferido do RodoAnel. Em relação ao Pro Forma dos 9M10, além do ajuste já mencionado, eliminou-se também o resultado não recorrente reportado no 1T10.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Endividamento

A Dívida Líquida da Companhia encontra-se em patamares bastante confortáveis (Dívida Líquida/EBITDA últ. 12m = 1,9x), sendo que 80% da Dívida Bruta é nominada em moeda nacional e 81% no longo prazo. No trimestre não ocorreu aumento da dívida bruta.

(R\$ MM)	set/09	jun/10	set/10
Dívida Bruta ⁽¹⁾	4.655,8	5.374,0	5.340,1
% Moeda Nacional	95%	78%	80%
% Moeda Estrangeira	5%	22%	20%
Curto Prazo	2.325,2	915,3	1.012,5
% Moeda Nacional	95%	88%	99%
% Moeda Estrangeira	5%	12%	1%
Longo Prazo	2.330,7	4.458,7	4.327,6
% Moeda Nacional	94%	76%	75%
% Moeda Estrangeira	6%	24%	25%
Caixa, Aplicações Financeiras	714,3	1.925,3	1.201,4
% Moeda Nacional	100%	100%	100%
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)	3,0	(7,3)	(30,5)
Dívida Líquida	3.938,5	3.456,1	4.169,2

- (1) A dívida bruta está reduzida dos custos de transação, incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

Composição da Dívida (R\$ MM)	Indexador	Custo Médio	Set/2010	%
BNDES	TJLP	TJLP + (1,0% - 5,0%)	363,9	7%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 10,65%)	483,0	9%
Debêntures	CDI	103,3% a 117,5% do CDI	2.256,8	42%
Debêntures	IPCA	IPCA + 7,5%	159,2	3%
Debêntures	Pré-fixada	14,75%	518,3	10%
BID	LIBOR	LIBOR + (0,7% - 3,75%)	1.195,5	22%
Outros	CDI	CDI + (1,8% - 4,3%) / 111% do CDI	445,8	8%
Total			5.422,6	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	R\$ MM	% Total
2010	532,5	10%
2011	641,7	12%
2012	847,4	16%
2013	734,6	14%
2014	859,5	16%
2015	1.031,3	19%
2016	283,7	5%
2017	202,4	4%
2018	195,2	4%
2019	28,6	1%
2020	22,8	0%
2021 em diante	42,8	1%
Total	5.422,6	100%

Investimentos

CAPEX (R\$ MM)	1T10	2T10	3T10	2010 (E)*
AutoBAn	59,6	81,5	144,1	483,0
NovaDutra	52,5	57,7	64,8	308,2
ViaOeste	31,0	33,9	36,3	177,7
RodoNorte (100%)	31,1	35,8	30,5	115,9
Ponte	2,1	2,4	5,3	28,8
ViaLagos	1,3	0,4	5,3	14,6
ViaQuatro (58%)	72,0	70,1	98,1	199,7
Renovias (40%)	3,6	2,8	1,4	32,9
RodoAnel (100%)	8,0	16,8	14,4	72,8
Controlar (45%) ²	3,5	6,1	4,3	13,8
Outras ¹	6,2	9,5	21,2	35,5
Consolidado	270,9	316,9	425,7	1.482,9

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

2 - Os valores da Controlar que foram divulgados no 1T10 e 2T10 foram retificados.

* Refere-se a valores estimados para 2010.

No 3T10, os investimentos somaram R\$ 363,7 milhões, com destaque para a concessionária ViaQuatro que apresentou aumento devido ao recebimento dos trens e sistemas para o início da operação, conforme previsto no contrato. A seguir relacionamos os principais investimentos por concessionária: AutoBAn - obras do Complexo Anhanguera e melhorias viárias realizadas na Marginal Tietê; NovaDutra - implantação de faixa adicional entre os kms 154 e 157 e obras de recuperação e alargamento de pontes e viadutos; ViaOeste - Obras nas Marginais kms 95 ao 105; RodoAnel - readequação do trevo da Padroeira e conservação especial do pavimento rígido e RodoNorte - restauração do pavimento da BR 376 - kms 308 a 342,5 - e manutenção na PR 151 - kms 215,8 a 244.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,99
			128.766.175		128.766.175
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	27,62
			174.999.989		174.999.989
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,24
			35.167.994		35.167.998
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,83
			19.421.329		19.421.329
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	6,95
			1.846.936.436		1.846.936.430
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,01
			8.592		8.592
07	ACTUA ASSESSORIA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,49
			10.000		9.990
08	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	1,73
			8.528.844		8.528.832
09	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	10,13
			13.976.292.242		13.976.292.236

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
10	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA 1	99,99	0,05 4.099.999
11	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA 86.772.142	58,00	2,80 63.572.142
12	CCR - USA, LLC. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA 200	100,00	0,00 300
13	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA 190.000.000	95,00	-4,07 190.000.000
14	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA 450.334.293	99,00	15,53 450.724.935
15	SAMM SOC.DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTD EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA 3.197.799	99,90	0,08 999
16	CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA 1.299.699	99,90	0,03 999

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/03/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/013
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	112% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	448.156
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	448.156
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	448.156
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/02/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IPCA + 7,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	150.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	150.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/08/2011

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.916	14,59%	64.393.916	14,59%
VBC Energia S.A.	7.766.880	1,76%	7.766.880	1,76%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	67.337.531	15,26%	67.337.531	15,26%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,39%	1.700.000	0,39%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,26%	1.164.965	0,26%
Soares Penido Concessões S.A.	33.906.407	7,68%	33.906.407	7,68%
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	23.335.412	5,29%	23.335.412	5,29%
Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda	26.471.000	6,00%	26.471.000	6,00%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	45.689.316	10,35%	45.689.316	10,35%
Outros	169.631.373	38,42%	169.631.373	38,42%
Total	441.396.800	100%	441.396.800	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	685.162.736	100%	685.162.736	100%
Outros	6	0,00%	6	0,00%
Total	685.162.742	100%	685.162.742	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.941	100%	93.099	100%	142.040	100%
Outros	5	0,00%	1	0,00%	6	0,00%
Total	48.946	100%	93.100	100%	142.046	100%

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	2.250.000	100%	4.500.000	100%	6.750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	5.940	100%	5.940	100%

Composição dos acionistas da VBC Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Átila Holdings S.A.	1.815.927	46,55%	70.530	50,00%	1.886.457	46,67%
Camargo Corrêa Energia S.A.	1.339.149	34,32%	47.018	33,33%	1.386.167	34,29%
Camargo Corrêa S.A.	581.201	14,90%	23.512	16,67%	604.713	14,96%
GCT Participações e Investimentos	164.946	4,23%	0	0,00%	164.946	4,08%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	3.901.228	100%	141.060	100%	4.042.288	100%

Composição dos acionistas da Átila Holdings S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	440.877.607	61,09%	440.877.607	61,09%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	280.767.655	38,91%	280.767.655	38,91%
Total	721.645.262	100%	721.645.262	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	518.860	100%	518.854	100%	1.037.714	100%
Outros	-	0,00%	6	0,00%	6	0,00%
Total	518.860	100%	518.860	100%	1.037.720	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	290.108	100%	87.772	99,99%	377.880	100%
Outros	5	0,00%	8	0,01%	13	0,00%
Total	290.113	100%	87.780	100%	377.893	100%

Composição dos acionistas da GCT Participações e Investimentos Ltda. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura S.A.	185.090.133	100%	185.090.133	100%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
Total	185.090.135	100%	185.090.135	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC – International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	55.525.379	100%	55.525.373	100%	111.050.752	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	133.220.552	100%	266.441.115	100%	399.661.667	100%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	133.220.557	100%	266.441.115	100%	399.661.672	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	715.991.488	100%	1.432.008.519	100%	2.148.000.007	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	300.000	100%

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	18.990.000	100%

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	1.455.201	100%

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	1.497.201	100%

Composição dos cotistas da Nadjá Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	1.404.801	100%

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	1.431.201	100%

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	1.392.801	100%

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	1.372.401	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	1.196.001	100%

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	Cotas	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	5.000.363	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Concessões S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	198.495.332	92,20%	198.495.332	92,20%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	16.781.912	7,80%	16.781.912	7,80%
Total	215.277.244	100%	215.277.244	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia	255.984.097	100%	255.984.097	100%
Eduarda Dalla Vecchia Bonfá	1	0,00%	1	0,00%
Total	255.984.098	100%	255.984.098	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	24.385.951	100%	24.385.951	100%
Ana Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Eduardo Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Total	24.385.953	100%	24.385.953	100%

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Cotistas	Cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A. ¹	599.188.237	100%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	599.188.238	100%

1 - Empresa de capital estrangeiro.

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A	50.000	100%	50.000	100%
Total	50.000	100%	50.000	100%

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Arcus European Infrastructure Fund GP LLP	114.557.795	19,09%	114.557.795	19,09%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Outros	218.278.234	36,38%	218.278.234	36,38%
Total	600.000.000	100%	600.000.000	100%

Composição dos acionistas da José de Mello SGPS, S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Maria Teresa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria Amélia Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Vasco Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Maria Cristina Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria Luísa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria do Carmo Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
João Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria João Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Filipe Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Total	179.520.271	100,00%	179.520.271	100,00%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2010:

Acionistas		%	Total	%
Soares Penido Concessões S.A.	177.859.346	68,03%	177.859.346	68,03%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	50.737.020	19,41%	50.737.020	19,41%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	32.858.793	12,56%	32.858.793	12,56%
Total	261.455.159	100%	261.455.159	100%

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de setembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	226.076.111	51,22%	226.076.111	51,22%
Conselho de Administração	1.245.176	0,28%	1.245.176	0,28%
Conselho Fiscal	0	-	0	-
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	214.020.513	48,49%	214.020.513	48,49%
Total	441.396.800	100%	441.396.800	100%

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	15.000	0,00%	15.000	0,00%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.119.312	28,56%	115.119.312	28,56%
Total	403.101.800	100%	403.101.800	100%

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia de Concessões Rodoviárias e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 3, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência a partir de 1º de janeiro 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato nas notas explicativas nº 2 e 3 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 09 de novembro de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	13
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	20
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	23
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	24
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	25
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	119
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	120
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	135
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	137
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	141
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	150
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA S.A.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		SAMM SOC.DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTD	
		CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/151